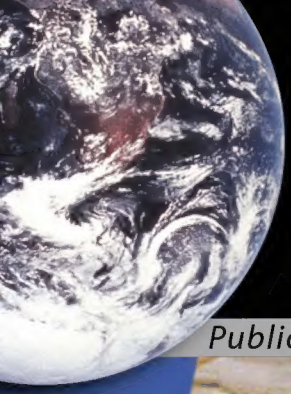


FOLHA
Criacionista

Publicação da Sociedade Criacionista Brasileira. Ano 22 – Nº 48 – 1º semestre/1993

MELHORAMENTO GENÉTICO

ÉTICA E GENÉTICA

EUGENIA

Sociedade Criacionista Brasileira

Nossa capa

Nossa capa ilustra variedades de trigo e da gramínea "Aegilops" em conexão com o processo de hibridização desse cereal:

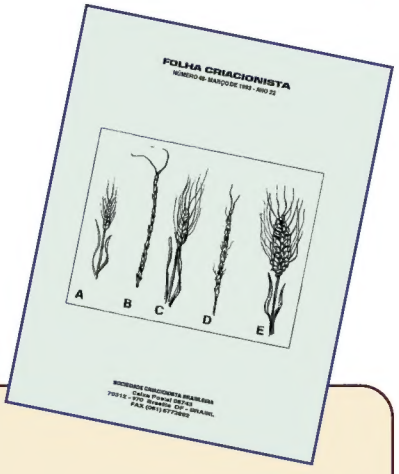
A. Forma diplóide de trigo cultivado
B. "Aegilops speltoides"
C. Trigo tetraplóide do tipo "duro", utilizado para a fabricação de macarrão
D. "Aegilops squarrosa", gramínea das cabras
E. Trigo hexaplóide

A história do trigo e de outros cereais cultivados pelo homem foi objeto de interessante artigo publicado pela revista da "*Creation Research Society*", de junho de 1980, intitulado "Biogeography from a creationist perspective: II - The Origin and Distribution of Cultived Plants", de autoria de George F. Howe e Walter E. Lammerts.

A variedade de trigo hexaplóide foi obtida em 1944 por McFadden e Sears, e de acordo com os autores citados, seria "*algo presunçoso postular que a complicada série de eventos* (envolvida na hibridização que deu origem a essa variedade) *pudesse ocorrer naturalmente*". É esse um caso bastante ilustrativo de melhoramento genético obtido por um processo de seleção artificial.

A extrapolação de processos semelhantes aos seres humanos, visando o melhoramento da raça, foi objeto do movimento eugenista, e constitui o assunto básico deste número da Folha Criacionista. É este um caso que deixa patente os riscos da utilização de conhecimentos científicos por adeptos de ideologias evolucionistas que não levam em conta o devido respeito para com a individualidade do ser humano.

Na reedição deste número da Folha Criacionista, foi apresentada somente uma alusão artística ao tema da capa anterior.



FOLHA CRIACIONISTA Nº 48

Primeira edição: Impressa na StiloGrafic Artes Gráficas da OSEC - S. Paulo – SP.
Março de 1993 - 500 exemplares

Editores Responsáveis: Ruy Carlos de Camargo Vieira
Rui Corrêa Vieira

Desenhos: Francisco Batista de Mello

Segunda edição: Edição eletrônica pela SCB
1º semestre de 2017

Editores Responsáveis: Ruy Carlos de Camargo Vieira
Rui Corrêa Vieira

Endereço da Sociedade Criacionista Brasileira em 2017, ano da reedição deste número da Folha Criacionista:

Telefone: (61)3468-3892
e-mail: scb@scb.org.br
Sites: www.criacionismo.org.br e
www.revistacriacionista.org.br

Editorial

NOTA EDITORIAL ACRESCENTADA À REEDIÇÃO DESTE NÚMERO DA FOLHA CRIACIONISTA

A reedição deste número e dos demais números dos periódicos da Sociedade Criacionista Brasileira faz parte de um projeto que visa facilitar aos interessados o acesso à literatura referente à controvérsia entre o Criacionismo e o Evolucionismo.

Ao se terminar a série de reedições dos números dos periódicos da SCB e com a manutenção do acervo todo em forma informatizada, ficará fácil também o acesso a artigos versando sobre os mesmos assuntos específicos, dentro da estrutura do Compêndio "Ciência e Religião" que está sendo preparado pela SCB para publicação em futuro próximo.

Os Editores responsáveis da Folha Criacionista

Ruy Carlos de Camargo Vieira e Rui Corrêa Vieira

Brasília, Janeiro de 2017

Alegra-nos redigir este Editorial ainda no mês de dezembro de 1992, antecipando-nos de alguns meses à data prevista para o lançamento deste quadragésimo oitavo número da Folha Criacionista.

Esperamos, ainda, que este número possa estar em circulação logo no mês de janeiro de 1993, portanto dois meses antes da data da capa, para poder ser distribuído por ocasião do "I Encontro Nacional de Criacionistas" a realizar-se de 13 a 17 de janeiro no Instituto Adventista de Ensino em São Paulo.

Será este um evento bastante significativo, no qual estarão reunidos muitos interessados no confronto entre o Criacionismo e o Evolucionismo e suas implicações em todos os campos da atividade humana, e no qual também a Sociedade Criacionista Brasileira deverá fazer-se presente.

Com este número da Folha Criacionista ingressamos em nosso vigésimo segundo ano de vida, e ao olharmos para trás não deixamos de nos surpreender agradavelmente com o volumoso acervo de artigos e notícias publicados desde o início de nossas atividades, nas páginas deste nosso periódico. Além desses artigos e notícias, a bibliografia neles citada passou a constituir também importante fonte de referência para os estudiosos do assunto. Desta forma, com nossos esforços, aliados aos das entidades congêneres no país e no exterior, pode-se dizer que hoje os estudantes de 2º grau e universitários, bem como os que já se graduaram e os que procuram maior conhecimento como autodidatas, dispõem de valiosas referências, em língua portuguesa, que há cerca de vinte anos só eram encontradas em fontes estrangeiras.

Esperamos que se torne possível doravante manter a periodicidade normal da Folha Criacionista, atendendo aos anseios de nossos leitores cuja manifestação nesse sentido sempre nos tem animado e incentivado a prosseguirmos nesta tarefa.

Resta-nos agradecer mais uma vez a todos os que têm apoiado direta ou indiretamente a retomada da normalidade da edição da Folha Criacionista, ressaltando em particular o programa editorial da Organização Santamarense de Educação e Cultura que continua a patrocinar a edição de nosso periódico.

Os próximos números da Folha Criacionista deverão ser publicados no mesmo formato fixado a partir do número 47, e continuarão a estar disponíveis para nossos leitores também na forma eletrônica.

Qualquer correspondência a nos ser enviada poderá ser endereçada por e-mail, pois a partir da reedição das Folhas Criacionistas, nosso contato com os leitores passou a ser feito através do site www.scb.org.br ou pelo e-mail scb@scb.org.br.

Os Editores

Sumário

05 - A EUGENIA E O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA RACIAL NAZISTA
Jerry Bergman
Journal of the American Scientific Affiliation, junho de 1992

Notícias

24 - CIÊNCIA MORTAL

28 - PREOCUPAÇÕES ÉTICAS COM A EUGENIA E A ENGENHARIA GENÉTICA
- CIÊNCIA E ÉTICA BRIGAM NOS LABORATÓRIOS
- ATIVISTA QUER LIMITES CLAROS
- NO CENTRO DA POLÊMICA, HITLER

31 - O NOVO RACISMO

32 - O MOVIMENTO EUGENISTA

33 - O DARWINISMO SOCIAL NA FRANÇA

45 - DARWINISMO SOCIAL OU SPENCERISMO SOCIAL?

46 - ECOLOGIA SOCIAL DARWINISTA

48 - DARWIN, SELEÇÃO NATURAL E DESTINO

Ascensão do Nazismo

FOLHA Criacionista

Publicação periódica da Sociedade Criacionista Brasileira (SCB)

Telefone: (61)3468-3892

Sites: www.scb.org.br e www.revistacriacionista.org.br

E-mail: scb@scb.org.br

Edição Eletrônica da SCB

Editores:
Ruy Carlos de Camargo Vieira
Rui Corrêa Vieira

Projeto gráfico:
Eduardo Olszewski
Michelson Borges

Adaptação e atualização do projeto gráfico:
Renovacio Criação

Diagramação e tratamento de imagens:
Roosevelt S. de Castro

Ilustrações:
Victor Hugo Araujo de Castro

Os artigos publicados nesta revista não refletem necessariamente o pensamento oficial da Sociedade Criacionista Brasileira. A reprodução total ou parcial dos textos publicados na Folha Criacionista poderá ser feita apenas com a autorização expressa da Sociedade Criacionista Brasileira, que detém permissão de tradução das sociedades congêneres, e direitos autorais das matérias de autoria de seus editores.

Sociedade Criacionista Brasileira

Folha Criacionista / Sociedade Criacionista Brasileira
v. 22, n. 48 (Março, 1993) – Brasília
A Sociedade, 1972-.
Semestral
ISSN impresso 1518-3696
ISSN online 2525-393X
1. Gênese. 2. Origem. 3. Criação
EAN Nº 977-1518-36900-2

ÉTICA E ESTÉTICA

A revisão crítica dos escritos de Hitler e dos biólogos alemães contemporâneos mostra que a teoria e os livros de Darwin exerceram grande influência sobre as políticas nazistas.

EUGENIA E O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA RACIAL NAZISTA

Resumo

Uma das políticas governamentais centrais do governo de Hitler foi a criação de uma "raça superior". Isso exigiu, no mínimo, impedir que as "raças inferiores" se misturassem com as "superiores" para reduzir a contaminação do "pool" gênico destas últimas. A crença em uma "raça superior" baseia-se na teoria da desigualdade de grupos dentro de cada espécie, principal suposição e exigência da teoria de Darwin da "sobrevivência do mais apto". A revisão crítica dos escritos de Hitler e dos biólogos alemães contemporâneos mostra que a teoria e os livros de Darwin exerceram grande influência sobre as políticas nazistas. Hitler acreditava que o "pool" genético humano poderia ser aprimorado mediante seleção utilizando as mesmas técnicas que os criadores usam para o melhoramento do gado. Na formulação de suas políticas raciais, Hitler baseou-se fortemente no modelo da Evolução Darwinista, especialmente nas elaborações procedidas por Spencer e Haeckel. Essas políticas culminaram na "solução final", o extermínio de aproximadamente seis milhões de judeus, e outros quatro milhões de pessoas que pertenciam às "raças inferiores", assim consideradas pelos cientistas alemães.

Introdução

O conceito de que "todos os homens foram criados iguais", e o ideal igualitário que dominou a ideologia americana nos últimos trinta anos, e em menor intensidade desde a fundação deste país, não têm sido universais entre as demais nações e culturas (Tobach *et al.* 1974). A crença germânica de constituir uma raça superior teve várias origens, uma das principais delas sendo o movimento eugenista do Darwinismo Social, especialmente o seu cruel ponto de vista da "sobrevivência do mais apto" (Stein 1988, Clark, 1953). Como observa Lappe:

> *Embora a ideia de aprimoramento da qualidade hereditária da raça seja pelo menos tão antiga quanto a "República" de Platão, o pensamento eugenista moderno surgiu somente no século dezenove. O surgimen-*

Jerry Bergman

Professor de Biologia, Química e Física no *Northwest Technical College*, Archbold, Ohio, U.S.A. Possui dois títulos de Mestre em Ciências e dois Ph.D. um dos quais em Biologia.

to do interesse pela Eugenia durante esse século teve raízes múltiplas. A mais importante delas foi a Teoria da Evolução, pois as ideias de Galton sobre a Eugenia - e foi ele quem criou o termo "Eugenia" - foram consequência lógica direta da doutrina científica elaborada por seu primo Charles Darwin (1978, 457).

O impacto todo importante da Eugenia sobre a política nazista pode ser avaliado com precisão pelo exame dos documentos, escritos e artefatos existentes, produzidos pelo movimento nazista na Alemanha do século vinte. Documentos históricos mostram que a política governamental nazista foi influenciada diretamente pela Evolução, a "moda" (*Zeitgeist*, em Alemão) tanto na sociedade científica como na sociedade letrada da época (Stein 1988, Haller 1971, Keith 1946, 230). O tratamento dado pelos nazistas aos judeus e outras "raças" que a sua ciência concluiu serem "inferiores" resultou em grande parte de sua crença em que a fonte da evolução biológica era um conjunto de técnicas comprovadas disponíveis para os cientistas melhorarem a humanidade significativamente. Como observou Tenenbaum:

A filosofia política do ... Estado Alemão foi estruturada sobre as ideias de luta, seleção e sobrevivência do mais apto, noções e observações essas todas a que Darwin chegou ... mas que já desabrochavam luxuriantemente na Filosofia Social alemã do século dezenove. ... Desenvolveu-se assim a doutrina do direito alemão inerente de governar o mundo, com base na superioridade da força ... do relacionamento de "martelo e bigorna" entre o Reich e as nações mais fracas (1956, 211).

Implementação das teorias raciais nazistas

Os métodos evolutivos são provenientes primacialmente do processo das mutações, que são então selecionadas mediante a seleção natural. Indivíduos favorecidos terão maior probabilidade de sobreviver e aumentar em número, formando novas raças, enquanto que os "mais fracos" perecerão. Esse processo, antigamente chamado de "raciação", mas hoje designado como "especiação", é a fonte da evolução, que teoricamente continua para sempre. Se todos os membros de uma espécie fossem inteiramente iguais, não haveria nada a selecionar, e para essa espécie cessaria a evolução. A evolução se baseia na aquisição de características singulares, através de mutações ou de outros meios, que habilitam os que passam a possuí-las, a melhor sobreviver às condições adversas.

De acordo com a Teoria da Evolução, algumas pessoas (e mesmo tão somente uma pessoa) herdarão uma mutação que lhes será transmitida e que os capacitará a sobreviver com maior probabilidade do que as pessoas que não apresentam a correspondente característica. Essas diferenças gradualmente produzirão sempre novas raças, algumas das quais apresentando vantagens em termos de sobrevivência. Essas serão as "raças superiores", isto é, as mais evoluídas. Quando a característica em questão se espalhar em seguida a toda a raça, devido à vantagem para a sobrevivência que ela confere aos que forem contemplados por ela, passa a existir um novo e "superior nível" de animal. Hitler e o partido nazista afirmavam que estavam tentando aplicar à sociedade essa ciência então aceita. E "*a ideia central do Darwinismo não é a evolução, mas a seleção. A evolução ... descreve os resultados da seleção*" (Stein 1988, 53). Hitler acentuava que "*nós* (os nazistas) *devemos compreender e cooperar com a ciência*":

Em 1937, enquanto Mengele estava ainda fazendo a residência (para obter seu diploma de doutor em Medicina), Otmar von Verschuer publicou um artigo no qual afirmou que "Hitler é o primeiro estadista que reconheceu a Biologia da hereditariedade e a higiene racial, tornando-as um princípio condutor do estado". Dois anos mais tarde, von Verschuer anunciou: "Nós, especialistas em higiene racial, estamos contentes por termos testemunhado que o trabalho normalmente associado aos laboratórios científicos ou às salas de estudo acadêmicas, estendeu-se à vida de nosso povo" (Astor 1985, 23).

As ideias evolucionistas de Darwin foram exportadas para a Alemanha quase que imediatamente. A primeira língua para a qual seus escritos foram traduzidos - somente um ano após a publicação de "A Origem das Espécies" - foi o Alemão. A Evolução Darwinista não somente foi mais vitoriosa na Alemanha do que na maioria dos outros paí-

Congresso do Partido Nacional-Socialista em Nuremberg (1936)
(Fase da ascensão nazista sob a liderança de Adolph Hitler)

ses, mas também exerceu maior influência na política do Estado Alemão. Gasman (1971, XIII) concluiu que:

> *em nenhum outro país ... desenvolveram-se as ideias do Darwinismo como ... uma explicação total do mundo, como na Alemanha ... ou mais se insistiu na transferência literal das leis da Biologia (como interpretadas pela Evolução) para o domínio social.*

Esta caminhada iniciou-se em 1863 no "Congresso de Naturalistas Alemães". Nessa reunião, um dos principais defensores e divulgadores da Evolução, Ernest Haeckel, "um respeitado professor de Zoologia" na Universidade de Jena, pela primeira vez apresentou vigorosamente seus pontos de vista que marcaram o início de quatro décadas de seu papel como o "principal apóstolo de Darwin" (Stein 1988, 54). Ele foi especialmente ativo na divulgação do "Darwinismo Social" - a aplicação da teoria darwinista à sociedade para explicar o desenvolvimento histórico e social das civilizações, e de forma especial o porquê de algumas serem avançadas e outras terem permanecido primitivas. Porém, como concluiu Gould (1977, 77-78):

> *... a maior influência de Haeckel foi, enfim, em uma outra trágica direção - o Nacional-socialismo (Nazismo). Seu racismo evolucionista; seu apelo ao povo alemão a favor da pureza racial e inflexível devoção à ... sua crença de que severas e inexoráveis leis evolutivas governam da mesma forma a civilização humana e a natureza, conferindo a raças privilegiadas o direito de dominar as outras ... suas ousadas palavras sobre o objetivo da Ciência - tudo contribuiu para a ascensão do Nazismo. A Liga Monista que ele fundou e dirigiu ... proporcionou uma confortável transição para o apoio ativo a favor de Hitler.*

Além de Haeckel, a pessoa mais influente no auxílio à difusão das ideias de Darwin na Alemanha foi Houston Chamberlain, filho de um almirante britânico e mãe alemã. Em 1899 publicou ele *The Foundations of the 19th. Century*, onde concluiu que o Darwinismo havia provado que os alemães eram superiores a todas as outras raças (Weindling 1989). Os alemães constituíam o "fundamento" de nossa sociedade porque haviam produzido o mundo industrial. Chamberlain citava Darwin extensivamente, ressaltando que ele destacava que uma diferença fundamental entre os símios e os seres humanos era o tamanho do cérebro. O cérebro, ressaltava ele, é de muito mais importância do que qualquer outra estrutura do corpo para a medida do progresso da evolução humana. Quanto maior a capacidade craniana, acreditava-se então, maior a inteligência. Chamberlain também se interessava pela Frenologia, a ciência hoje desacreditada de determinar a personalidade pelo exame e mensuração da forma e das dimensões das saliências cranianas (Jacquerd 1984). Certos traços da personalidade, raciocinavam os frenologistas, estavam localizados em partes específicas do cérebro, e se alguém tivesse desenvolvido algum traço de forma excepcional, deveria existir uma "saliência" no local apropriado. Finalmente concluiu-se que a configuração do cérebro e outras características físicas podiam ser usadas não somente para distinguir entre si os seres humanos e os macacos, mas também para classificar as raças na sequência de sua suposta evo-

lução. Esta ideia recebeu pleno apoio das

... comunidades acadêmicas e científicas alemãs ... que ajudaram a preparar o caminho para as biopolíticas nacional-socialistas. Iniciando-se na década de 1890 com o trabalho de Otto Ammon sobre índices cefálicos e outras tais comprovações da superioridade ariana, grande parte da Antropologia alemã, especialmente seu ramo mais científico, a Antropologia Física, ... (concluiu que) se a humanidade evoluiu através da seleção natural ... é óbvio então que as raças humanas devem dispor-se de maneira hierárquica ao longo da escala evolutiva ... Não há dúvida de que os antropólogos que descobriram todas as características divergentes mensuráveis, físicas, psicológicas e mentais, das várias raças, as considerassem cientificamente fundamentadas. E assim também o público em geral (Stein 1988, 57).

A doutrina da desigualdade, embora parte integral da Filosofia alemã durante anos, atingiu seu ápice sob o regime de Hitler, obtendo o apoio intelectual da ciência oficial (Weiss 1988, Aycoberry 1981). Ernest Haeckel ensinava que "*as diferenças morfológicas entre duas espécies geralmente reconhecidas - por exemplo, cabras e carneiros - são muito menos importantes do que as que existem entre um hotentote e um homem da raça teutônica*" (1876, 434). E também que os alemães haviam evoluído "*para mais longe da forma comum de homens simiescos (e sobrepujado) ... todos os outros na carreira da civilização*", e serão a raça que levará a humanidade para um "*novo período de mais elevado desenvolvimento mental*" (1876, 332). E isso seria verdadeiro não só mentalmente, mas também fisicamente, porque a evolução atinge a "*simetria de todas as partes, e o desenvolvimento harmônico que chamamos de tipo da perfeita beleza humana*" (1876, 321).

As raças menos desenvolvidas eram não só inferiores, como também destituídas de valor: os povos de cabelo encarapinhado, concluiu ele, "*são incapazes de ter uma verdadeira cultura intrínseca, ou um desenvolvimento mental mais elevado. ... Nenhuma nação de pessoas encarapinhadas jamais desempenhou na história algum papel importante*" (1876, 10). Haeckel argumentava, ainda, que, como "*as raças inferiores - tais como os vedas ou negros australianos - estão psicologicamente mais próximos dos mamíferos - símios e cães - do que do europeu civilizado, devemos, portanto, atribuir um valor totalmente diferente para as suas vidas*" (1905, 390). E Stein ressalta que esse não era um ponto de vista extremado, minoritário: "*Haeckel era o respeitado cientista; os pontos de vista de seus seguidores eram frequentemente mais extremados*" (Stein 1988, 56).

Como raça superior a todas as demais, os arianos acreditavam que sua superioridade evolutiva lhes dava não só direito, mas o dever de subjugar todas as outras. E o aspecto racial não era ponto de menor destaque na plataforma da filosofia nazista. Tenenbaum (1956, 211-212) concluiu que

eles incorporaram a ... Teoria da Evolução no seu sistema político, sem deixar nada de fora. ... Seu dicionário político estava repleto de palavras como ... luta, seleção e extinção ("Ausmerzen"). O silogismo de sua lógica era exposto claramente: O mundo é uma floresta na qual as diferentes nações lutam pelo espaço. Os mais fortes vencem, os mais fracos morrem ou são mortos. Na convenção do partido em 1933, em Nuremberg, Hitler proclamou que "a raça superior submete a raça inferior ... um direito que presenciamos na natureza e que pode ser considerado como o único direito concebível, porque se fundamenta nas razões (da evolução)" (Transcrito de "The Nuremberg Trials", vol. 14, p. 279).

Os nazistas acreditavam que, em vez de permitir que as forças naturais e o acaso produzissem o que pudessem, deviam "dirigir a evolução" para o aprimoramento da raça humana. Para conseguir isso, seu primeiro passo foi isolar as "raças inferiores" para evitar que elas viessem a contaminar o *pool* gênico ariano (Poliakov 1974). O amplo apoio dado pelo público a essa política foi o resultado da crença comum das classes educadas que estava cientificamente provado que certas raças eram geneticamente inferiores. O governo simplesmente estava aplicando, como parte de seu plano para uma sociedade melhor, aquilo que eles criam ser comprovada Ciência para produzir uma raça superior de seres

humanos: "*O negócio do estado corporativo era a Eugenia ou a seleção artificial - política aplicada à Biologia*" (Stein 1988, 56). Nos escritos de Hitler, os seres humanos eram "animais" biológicos aos quais se poderia aplicar a genética aprendida da criação do gado. Já em 1925, no capítulo 4 de *Mein Kampf*, Hitler delineava seu ponto de vista de que a Ciência, especificamente a luta darwinista da seleção natural, constituia a única base para uma bem sucedida política nacional alemã, à qual aludia o próprio título deste seu famoso livro - em Português "Minha Luta". Como concluiu Clark (1953, 115):

A mente de Adolf Hitler foi presa do ensino evolucionista - provavelmente desde a época de sua meninice. Ideias evolucionistas - bem sem disfarce - jazem na base de tudo o que é pior em "Mein Kampf", e em seus discursos públicos ... Hitler arrazoava ... que uma raça superior sempre conquistaria a inferior.

E Hickman (1983, 51-52) acrescenta que:

Talvez não seja coincidência que Adolf Hitler fosse um firme adepto e pregador do Evolucionismo. Independentemente das mais profundas complexidades de sua psicose, é certo que (o conceito de luta era importante porque) ... seu livro "Mein Kampf" claramente expôs grande número de ideias evolucionistas, particularmente as que enfatizam a luta, a sobrevivência do mais apto, e o extermínio dos fracos para produzir uma sociedade melhor.

E a crença de que a evolução pode ser dirigida pelos cientistas para produzir uma "raça superior", como observou Tenenbaum (1956, VII), era o "*Leitmotiv* central" do nazismo.

Houve muitas outras fontes das quais verteu a aguardente ideológica nazista. Porém, aquela concatenação de ideias e pesadelos que construíram as ... políticas sociais do estado nazista, da mesma forma que, em considerável extensão também as suas políticas militares, pode ser mais claramente compreendida à luz de seu vasto programa racial.

O ponto de vista nazista sobre raça e Evolução Darwinista foi parte fundamental da combinação fatal que produziu o holocausto e a Segunda Guerra Mundial:

Uma das principais plataformas na teoria e na doutrina nazistas era ... a Teoria da Evolução (e) ... que toda a Biologia tinha evoluído, e que ... tipos menos desenvolvidos ... deveriam ser ativamente erradicados (e) ... que a seleção natural poderia e deveria ser ativamente auxiliada. A partir disso (os nazistas) instituiram medidas políticas para erradicar ... judeus, e negros, a quem eles consideravam ... (menos evoluídos) (Wilder-Smith 1982, 27).

Termos tais como "raça superior", "tipos humanos inferiores", "contaminação racial", "poluição da raça", e a própria "evolução" (*Entwicklung*) eram usados com frequência por Hitler e outros líderes nazistas. Os pontos de vista raciais de Hitler não derivavam de uma ciência periférica, como tem sido alegado muitas vezes, mas, pelo contrário:

Os pontos de vista de Hitler constituem um direto Darwinismo Social de um tipo amplamente divulgado e aceito na Alemanha e que, de maneira mais importante, era considerado pela maioria dos alemães, incluindo-se aí os cientistas, como cientificamente verdadeiro. A compreensão mais recentemente fundamentada sobre Hitler e o Nacional-socialismo levou a concluir que ... (a Teoria de Darwin) foi a característica específica do Nazismo. A "Biopolítica" nacional-socialista (foi) uma política baseada em uma crença místico-biológica na desigualdade racial, um niilismo moral anti-transcendente, monístico, baseado na eterna luta pela existência e na sobrevivência do mais apto como leis da natureza, e no consequente uso do poder do Estado a favor de uma política pública de seleção natural (Stein 1988, 51).

A filosofia de que podemos controlar e até mesmo compelir a Evolução a produzir um "tipo superior" de seres humanos ecoa repetidamente nos escritos e discursos de proeminentes nazistas (Jackel 1972). Para atingir esse objetivo tornou-se necessária a eliminação cruel dos menos aptos, mediante um comportamento extremamente bárbaro:

A concepção básica do Darwinismo Social alemão (consistia em que) ... o homem era meramente uma parte da

natureza, sem quaisquer qualidades especiais transcendentes, ou qualquer humanidade especial. Por outro lado, os alemães eram membros de uma comunidade biologicamente superior ... e a política era meramente a aplicação direta das leis da Biologia. Em essência, Haeckel e seus companheiros darwinistas sociais haviam lançado as ideias que haveriam de se tornar as hipóteses centrais do Nacional-Socialismo. ... A tarefa do estado corporativo era a Eugenia, ou a seleção artificial... (Stein 1988, 56).

Rauschning (1939) cita Hitler afirmando que os nazistas "*são bárbaros! Desejamos ser bárbaros. É um título honroso (pois através dele) rejuvenesceremos o mundo ...*" Desta maneira, como conclui Keith (1946, 230), Hitler "*conscientemente procurava fazer com que a prática alemã se adaptasse à Teoria da Evolução*". Como observa Humber (1987, II), Hitler acreditava que os negros fossem

"... monstruosidades a meio caminho entre o homem e o macaco", e lamentava o fato de que cristãos fossem ao centro da África para estabelecer "missões negras", resultando na transformação de "seres humanos ... saudáveis em uma corrompida miscigenação de bastardos". Em seu capítulo intitulado "Nação e Raça", disse ele que "O mais forte deve dominar e não misturar-se com o mais fraco, sacrificando dessa forma sua própria grandeza. Somente o nascido fraco pode encarar isso como cruel, porém, ele, apesar de tudo, é somente um homem fraco e limitado; pois se esta lei não prevalecesse, seria inimaginável qualquer desenvolvimento mais elevado ("Hoherentwicklung") que se pudesse conceber para os seres vivos". Poucas páginas além declarou ele "Aqueles que desejam viver devem lutar, e aqueles que não desejam lutar neste mundo de eterna luta, não merecem viver".

Muitos dos principais auxiliares de Hitler mantinham crenças semelhantes. Hoess esteve "*particularmente interessado em livros sobre teorias raciais, hereditariedade, e obras etnológicas*". Seus conceitos raciais dirigiram sua política de administração nos vários campos de concentração, inclusive Auschwitz, que estavam sob seu comando. Foi ele que reestruturou esse antigo campo de concentração tornando-o um laboratório evolucionista. Os internos de Auschwitz "*não mais eram pessoas, mas simples mercadorias a serem processadas na gigantesca fábrica mortal por ele organizada*" (Rudorff 1969, 240).

Cuidar do fraco, do doente, do defeituoso, do velho ou do pobre, era algo inteiramente contrário à principal força motora da Evolução - a sobrevivência do mais apto, e a morte do menos apto. Isto significava que o fraco deveria ser erradicado, em benefício da raça como um todo. O partido nazista não considerava essas políticas como erradas ou mesmo desumanas. Ele abertamente "*se orgulhava de sua ideologia científica e de sua visão moderna do mundo*" (Gasman 1971). Dada a sua aceitação integral da Evolução, suas "*ideias de classe e raça ... e do determinismo, eram inevitáveis*" (Barzum 1958, XX).

Os nazistas não foram incipientes em sua aplicação do que se tornou conhecido como "Higiene Racial". Antes de 1933 os cientistas alemães publicavam treze revistas científicas dedicadas à higiene racial, e havia mais de trinta instituições, muitas ligadas a universidades e centros de pesquisa, voltadas à "Ciência Racial" (Proctor 1988). Quando os nazistas exerceram o poder, cerca de 150 revistas científicas, muitas das quais são ainda hoje altamente respeitadas, tratavam de higiene racial e campos correlatos (Weindling 1989). Enormes arquivos de dados sobre raças foram organizados, e boa parte dos dados foi analisada e utilizada em artigos de pesquisas publicados em vários periódicos alemães e estrangeiros. Em 1927 foi fundado o "Instituto Kaiser Guilherme de Antropologia, Genética Humana e Eugenia". Embora a maior parte das pesquisas aí desenvolvidas se tenham relacionado ao campo da Eugenia, os pesquisadores estudaram também ampla variedade de tópicos, incluindo doenças venéreas e alcoolismo.

Os eugenistas alemães basearam-se bastante nos trabalhos realizados na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Franz Bumm, presidente do Departamento de Saúde do Reich, "observou que o valor das pesquisas sobre Eugenia havia sido convincentemente demonstrado nos Estados Unidos, onde dados estatísticos antropológicos haviam sido coletados de dois milhões de homens recrutados pelas forças armadas

americanas" (Proctor 1988, 40). Várias instituições iniciaram a pesquisar a persistência de diversos "traços raciais primitivos" em várias raças dentro e fora da Alemanha. E encontraram muitas evidências do "tipo racial de Cro-Magnon em certas populações, e presumivelmente também do tipo Neandertal". Da mesma forma que seus congêneres americanos e britânicos, os institutos alemães de higiene racial e os professores de várias universidades começaram a descobrir evidência genética para virtualmente todos os males da humanidade, desde a criminalidade até as hérnias, e até mesmo o divórcio, com pesquisadores acrescentando alguns problemas próprios originais como, por exemplo, o "gosto de velejar". Eles encaravam seus trabalhos como nobres esforços para dar continuidade às "tentativas de Darwin para elucidar a origem das espécies" (Proctor 1988, 291).

Tem sido bem documentado o conceito básico da filosofia da "sobrevivência do mais apto", a observação de que todos os animais e plantas contêm uma tremenda quantidade de variação genética, e que em certas situações ambientais algumas dessas diferenças podem apresentar vantagem para a sobrevivência, e em outras podem apresentar desvantagem. O melhor exemplo é a seleção artificial, na qual os criadores separam o macho e a fêmea com os melhores traços objetos de sua consideração, e de sua descendência novamente separam os indivíduos nos quais mais se destacam aqueles traços, e assim sucessivamente. Os criadores, utilizando essa técnica, têm sido capazes de melhorar grande variedade de plantas e animais. O melhoramento de certos traços, entretanto, invariavelmente ocasiona a deterioração de outros traços. Consequentemente, ocorre no melhoramento de plantas e animais certo intercâmbio: ganham-se alguns traços, mas perdem-se outros. Assim, o melhoramento do gado pode visar ou a produção de leite, ou a produção de carne. A teoria que os eugenistas alemães desenvolveram estava, portanto, precariamente concebida, e considerou de forma inadequada enormes quantidades de dados e as implicações das tremendas quantidades de diversidade biológica que hoje sabemos existir.

Alguns membros da comunidade científica não desejam partilhar da culpa pelo que aconteceu, e tentam justificar o que os nazistas alemães fizeram. Sua alegação mais frequente é a de que os acadêmicos alemães foram coagidos a aceitar as ideias racistas. Vários estudos recentes, incluindo os de Weindling (1989) e de Proctor (1988), argumentam convincentemente que não foi isso que aconteceu. A coerção limitada que ocorreu proveio frequentemente mais da comunidade científica do que do poder político alemão "impondo sua vontade sobre uma comunidade científica apolítica" (Proctor 1988, 5; ver também Wertham 1966). Os nazistas forçaram a demissão de muitos acadêmicos alemães, mas muitos deles eram judeus, e a maioria foi demitida por razões não relacionadas com sua oposição à Eugenia. O importante estudo de Proctor argumenta eloquentemente que os nazistas são

> *comumente descritos como ... fanáticos, criminosos meio loucos executando seus planos maléficos com tanta razão ou sentido quanto os gangsters de 1930 apresentados na televisão. É esta uma impressão falsa por numerosas razões, mas principalmente porque ela subestima o grau com que grande número de intelectuais, frequentemente de projeção em seu campo, estava desejoso e ansioso em servir o regime nazista. As evidências apresentadas nos julgamentos de Nuremberg revelam o envolvimento de médicos em um extenso programa de extermínio de "vidas que não valiam a pena viver", incluindo primeiro crianças com defeitos herdados, e em seguida crianças excepcionais e pacientes de instituições psiquiátricas, e finalmente populações inteiras de "raças indesejáveis"* (1988, 5-6) (Ênfase do autor).

Como concluiu Gould (1977, 127), "*argumentos biológicos a favor do racismo ... aumentaram ordens de grandeza após a aceitação da Teoria da Evolução*" por cientistas da maioria dos países. Chamberlain (1899) foi um dos primeiros escritores populares alemães a usar a Evolução em defesa da alegação de que os alemães eram inatamente superiores biologicamente a todas as demais raças e povos, incluindo os persas, os gregos, e especialmente os "parasitas semitas" a quem ele estigmatizava como uma "raça de povos inferiores". Darwin interpretou a evolução do "*Homo sapiens*" como sendo devida prin-

cipalmente ao aprimoramento do cérebro, como mostrado pela caixa craniana muito maior dos primatas superiores, e especialmente pelo grande cérebro dos seres humanos. Chamberlain apegou-se a isso, concluindo que as diferenças evolutivas no ser humano refletiam-se, assim, nas diferenças cranianas, principalmente no formato e no tamanho do crânio, mas também naqueles outros traços que têm identificado historicamente as raças humanas (cor da pele, e formato do nariz, lábios e olhos, entre outros). Ele utilizou como evidências a favor de sua teoria não somente a Antropologia Física e a Evolução Darwinista, mas também a "ciência" da Frenologia, então na moda, de tal forma que

> *a explicação racial de Chamberlain para a história humana foi apenas uma das muitas sínteses intelectuais produzidas na última metade do século dezenove. A maioria dos "ismos" que influenciaram profundamente o século vinte tiveram sua origem naquelas décadas* (Schleunes 1970, 30).

O Darwinismo Social exerceu, assim, profunda influência no desenvolvimento do racismo baseado em traços físicos, que veio a florescer no fim do século dezenove na Alemanha e outros países. Essas teorias racistas seguiram de perto a difusão da Evolução Darwinista, que contou com ampla aceitação na Alemanha quase que imediatamente após a publicação da edição alemã de "A Origem das Espécies" (Schleunes 1970, Cohn 1981). Embora os racistas também buscassem apoio na Frenologia, tanto esta como o Darwinismo Social derivaram sua fundamentação racional do Evolucionismo (Davies 1955). Foi procurado apoio também nas comparações entre várias culturas, que foram supostas ser produto da superioridade racial (e não o contrário). Concluíram eles que as raças inferiores produziram culturas inferiores, e que somente as raças superiores produziram culturas superiores (Hooton 1941). Desta forma, Schleunes (1970) ressalta que o Racismo ganhou reputação científica através de sua sólida conexão com a "terceira grande síntese do século dezenove", a Teoria Darwinista da Evolução e da sobrevivência do mais apto.

Esses pontos de vista "científicos" sobre as raças, que então existiam no mundo ocidental, especialmente na Alemanha nazista, tornaram-se claramente evidentes na América, como se verifica nos levantamentos bibliográficos de livros escolares publicados de 1880 a 1940. O professor Edwin Conklin, de Princeton (1921, 34), disse em um de seus livros que

> *A comparação de qualquer raça moderna com os tipos de Neandertal ou Heidelberg mostra que ... as raças negróides assemelham-se mais ao tronco original do que as raças branca ou amarela. Todas as considerações deveriam levar aqueles que creem na superioridade da raça branca a se esforçarem por preservar a sua pureza bem como estabelecer e manter a segregação das raças ...*

Logo depois que a Suprema Corte americana pronunciou-se favoravelmente à legalidade da esterilização de minorias, o gabinete de Hitler, usando como exemplo o ocorrido nos Estados Unidos, aprovou a lei de esterilização eugênica em 1933. A lei alemã era compulsória para todas as pessoas

> *institucionalizadas ou não, que sofressem de enfermidades alegadamente hereditárias, incluindo debilidade mental, esquizofrenia, epilepsia, cegueira, toxicomania ou alcoolismo, e deformidades físicas que interfiram seriamente com a locomoção ou que sejam grandemente ofensivos* (Kevles 1985, 116).

Ironicamente, as leis alemãs foram utilizadas para inspirar leis ainda mais severas nos Estados Unidos. Na Virgínia, o Dr. Joseph DeJarnette argumentou que os americanos progressistas e de mente científica deveriam envergonhar-se pela "iluminada" e progressista legislação alemã, e que os americanos é que deveriam estar tomando a dianteira nessa área, e não a Alemanha.

O próximo passo na Alemanha foi o governo conceder "empréstimos" para os casais que fossem considerados "racial e biologicamente desejáveis", e que portanto deviam ter mais filhos. O nascimento de cada filho reduzia a dívida do empréstimo em 25% cada vez. Veio então a esterilização e, em 1939, a eutanásia para certos casos de deficientes físicos ou mentais. Até esta época muitos eugenistas britânicos e americanos defendiam o programa alemão como modelo, porque "ele não tinha nenhum conteú-

do racial nefasto" (Kevles 1985, 188). Os eugenistas alemães, por outro lado, repetidamente reconheciam sua enorme dívida para com os pesquisadores americanos e britânicos, e periodicamente homenageavam os eugenistas das suas universidades com a concessão de prêmios diversos.

Os Judeus na Alemanha

A liderança da Eugenia alemã originalmente era menos anti-semítica do que a britânica. A maioria dos eugenistas alemães originalmente acreditava que os judeus alemães eram arianos, e consequentemente o movimento contou com o apoio de muitos médicos e professores judeus. Os judeus só foram incorporados nas leis eugênicas alemãs lentamente, depois que elas conseguiram o apoio de grande número de pessoas na Alemanha e no exterior.

Os pontos de vista racistas darwinistas também penetraram lentamente em muitas esferas da sociedade alemã anteriormente não afetadas por eles (Beyerchen 1977) - A Liga Pan-Germânica, dedicada à "manutenção da pureza racial alemã", e ao auxílio aos alemães em todo o mundo para resistir a tendência à assimilação, a princípio não foi abertamente anti-semita. Era permitida nela a filiação dos judeus que estivessem inteiramente assimilados à cultura alemã. Muitos eugenistas alemães teriam aceito negros ou ciganos como sendo racialmente inferiores, entretanto suas teorias raciais não chegavam a atingir os judeus, já que eles haviam conseguido não pequeno grau de sucesso na Alemanha. Schleunes (1970) acrescenta que em torno de 1903 a influência das ideias racistas permeava de tal forma o programa da Liga que sua política foi alterada, e em 1912 a Liga declarou-se baseada em "princípios raciais".

A despeito do destaque científico dado a esses pontos de vista raciais, até a segunda guerra mundial eles tiveram efeito limitado sobre a maioria dos judeus. Os judeus alemães consideravam-se primeiramente alemães - e orgulhavam-se de sê-lo - e em seguida judeus. Muitos deles modificaram os pontos de vista raciais da *intelligentsia* alemã incorporando-se a si mesmos nela. Sua assimilação na vida alemã chegou ao ponto de se tornarem convictos, em sua maioria, que a Alemanha agora constituía um porto seguro para eles (Schleunes 1970, 33). A maioria deles sentia que as ações anti-semitas não representavam uma séria ameaça à sua segurança. Muitos ainda atinham-se firmemente ao modelo da Criação de Gênesis, e rejeitavam os pontos de vista sobre os quais se baseava o Racismo, neles incluída a macro-evolução, e por isso não percebiam a real ameaça daquelas ideias. O que mais tarde aconteceu na Alemanha obviamente não foi bem recebido pelos geneticistas judeus, nem pelos eugenistas judeus e certos outros grupos:

> *O movimento eugenista sentia um misto de apreensão e admiração pelo progresso da Eugenia na Alemanha ... (porém) os detalhes reais das medidas eugênicas que emergiram após a ascenção de Hitler ao poder, não foram inequivocamente bem recebidos. Os eugenistas apontavam aos Estados Unidos como um lugar em que leis estritas controlavam o casamento, mas no qual existia uma forte tradição de liberdade política* (Jones 1980, 168).

Apesar de em grande parte da literatura eugenística americana e britânica a raça judaica ainda ser mantida como um exemplo de consecução educacional e profissional, os alemães logo começaram a colocá-la perto do fim da lista. Em seguida, muitos eugenistas americanos e britânicos surpreenderam-se quando os alemães incluíram "muitas raças estrangeiras" como inferiores, dentre elas muitos grupos como os sul-europeus e europeus orientais que na Grã-Bretanha e na América sempre foram dignos de respeito.

A Evolução e a guerra na Alemanha nazista

O Darwinismo não só ofereceu à nação alemã uma interpretação significativa de seu passado recente, mas também uma justificativa para suas futuras agressões:

> *O sucesso militar germânico nas guerras de Bismarck enquadrava-se nitidamente nas categorias darwinistas da luta pela sobrevivência, claramente demonstrando a maior aptidão da Alemanha. Não era isso a expressão de um "espírito superior" ou Volksgeist? (Schleunes 1970, 31).*

Hitler não só imperturbavelmente intentou produzir uma

raça superior, mas explicitamente baseou-se no pensamento darwinista tanto na sua política de exterminação como na guerra (Jackel 1972). A Alemanha nazista glorificou, assim, a guerra, abertamente, pela razão de ser ela um importante meio de eliminar o menos apto da raça superior, passo necessário para o "progresso da raça". Clark (1953, 115-116) conclui, citando extensamente *Mein Kampf*, que

A atitude de Hitler para com a Liga das Nações e a guerra e a paz baseavam-se nos mesmos princípios. "Uma corte mundial ... seria uma pilhéria ... o mundo todo da natureza é o teatro de uma forte luta entre a força e a fraqueza - a eterna vitória do forte sobre o fraco. Nada haveria senão degradação em toda a natureza se isso não fosse assim. Os estados que (violarem) ... essa lei elementar entrarão em decadência. ... Aquele que quiser viver deve lutar. Aquele que não desejar lutar neste mundo onde a luta permanente é a lei da vida, não tem o direito de existir". Pensar de outra forma é "insultar" a natureza. "O sofrimento, a miséria e a doença são a sua resposta".

A guerra, portanto, era uma força positiva não somente porque eliminava as raças mais fracas, mas também porque depurava os membros mais fracos das raças superiores. A grandeza da Alemanha, acentuava Hitler, originava-se principalmente do seu nacionalismo belicoso que durante séculos estivera eliminando os seus membros mais fracos (Rich 1973). Embora a guerra não fosse algo estranho para os alemães, esta nova justificativa era bastante poderosa. O ponto de vista de que o processo de erradicação das raças mais fracas constituía uma das principais fontes da evolução foi bem expresso por Wiggam (1922, 102):

Em certa época o homem tinha somente pouco mais cérebro do que seus primos antropoides, os símios. Porém, chutando, mordendo, lutando ... e sobrepujando seus inimigos, e pelo fato de que os que não tiveram inteligência e força ... para assim proceder foram exterminados, o cérebro humano se tornou enorme e o homem cresceu tanto em sabedoria e agilidade como também em tamanho ...

No longo termo, portanto, a guerra é positiva, pois os seres humanos só podem evoluir "... chutando, lutando, mordendo", etc. Hitler alegava a verdade da contradição de que a civilização humana como a conhecemos não existiria se não fosse por causa da guerra constante. E muitos dos eminentes cientistas da época advogavam abertamente esse ponto de vista:

Haeckel gostava especialmente de elogiar os espartanos da Antiguidade, a quem ele via como um povo superior e bem sucedido em consequência de sua seleção biológica efetuada com a aprovação da sociedade. Matando todas as crianças que não fossem "perfeitamente saudáveis e fortes", os espartanos mantinham-se "continuamente em excelente vigor e força" (1876, 170). *A Alemanha devia seguir esse costume espartano, pois o infanticídio do disforme e adoentado era "uma prática vantajosa tanto para as crianças eliminadas quanto para a comunidade". Além de tudo, era somente um "dogma tradicional", e dificilmente uma verdade científica, todas as vidas apresentarem igual valor, ou deverem ser preservadas* (1905, 116) (Stein 1988, 56).

Hipótese comumente aceita de que a civilização europeia evoluiu bem mais do que as outras principalmente por causa de sua constante belicosidade, não é verdadeira. Historicamente muitas tribos da África estiveram continuamente envolvidas em guerras, da mesma forma que a maioria das nações na Ásia e nas Américas. A guerra é realmente típica de virtualmente todos os povos, exceto os de algumas poucas ilhas que têm abundância de alimentos, ou os povos de áreas extremamente frias (Posner e Ware 1986).

As políticas nazistas, portanto, resultaram menos de um "ódio" contra os judeus ou outros povos, do que do objetivo ideal de prevenir a "poluição da raça". Hitler (1953, 115-116) manifestou-se da forma seguinte:

De quem é a culpa quando o gato devora o rato? ... os judeus ... causam a decadência do povo ... No longo prazo a natureza elimina os elementos nocivos. Pode causar aversão essa lei da natureza que impõe que todos os seres vivos mutuamente se devorem uns aos outros. A mosca é abocanhada pela libélula, que por sua vez é

engolida pelo pássaro, que se torna ele mesmo vítima de outra ave maior. ... Conhecer as leis da natureza nos capacita a obedecê-las.

Devemos compreender e aplicar as "leis da natureza", como por exemplo a "lei da sobrevivência do mais apto", que originalmente produziu as raças humanas e é a fonte do seu aprimoramento. Nós como raça, portanto, devemos colaborar na eliminação, ou pelo menos no isolamento do menos apto. Nas palavras de Hitler (1953, 116):

Se eu pudesse aceitar um mandamento vivo, este seria: "Deves preservar a espécie". A vida do indivíduo não deve ser posta em tão alto preço. Se o indivíduo fosse importante aos olhos da natureza, a própria natureza tomaria a si o encargo de preservá-lo. Dentre os milhões de ovos postos por uma mosca, muito poucos eclodem - e mesmo assim a raça das moscas é preservada.

Os indivíduos não são somente "muito menos importantes" do que a raça, mas, concluiram os nazistas, certas raças não eram de seres humanos, mas de animais, como observa Whitehead (1983, 115):

Os judeus, rotulados de sub-humanos, tornaram-se não-seres. Era tão legal quanto correto exterminá-los, sob o ponto de vista coletivista e evolucionista. Eles não eram considerados ... como pessoas à vista do governo alemão.

Hitler estava especialmente determinado a impedir que os arianos se miscigenassem com quaisquer não-arianos, preocupação esta que resultou em seguida na "solução final". Uma vez sendo exterminadas as raças inferiores, Hitler acreditava que as gerações futuras o agradeceriam profusamente pelo aprimoramento que essas medidas suas trariam ao mundo:

Os alemães eram a raça superior, destinada a um glorioso futuro evolutivo. Por essa razão, era essencial que os judeus fossem segregados, sem o que ocorreriam casamentos híbridos. Se isso viesse a acontecer, todos os esforços da natureza "para estabelecer um estágio mais evoluído de seres podia se tornar fútil" ("Mein Kampf") (Clark 1953, 115).

Assim, o movimento darwinista foi "*uma das forças mais poderosas na história intelectual da Alemanha nos séculos dezenove e vinte, e pode ser plenamente compreendido como prelúdio à doutrina do Nacional-Socialismo (Nazismo)*" (Gasman 1971, XIV). Por que razão os conceitos do Evolucionismo foram aceitos mais rapidamente na Alemanha, e lá se fortaleceram mais do que em qualquer outra parte do mundo?

A Evolução utilizada para justificar a existência do Racismo alemão

Schleunes (1970, 30-32), em sua discussão da política nazista com relação aos judeus, observou bastante comoventemente que a razão da publicação da obra de Darwin em 1859 ter causado um impacto imediato na Alemanha foi porque

a noção de Darwin da luta pela sobrevivência foi rapidamente assimilada pelos racistas. ... Tal luta, legitimada pelos mais recentes pontos de vista da Ciência, justificava a concepção dos racistas de povos superiores e inferiores ... e validava a luta entre ambos.

A revolução darwinista deu aos racistas o que eles julgavam ser uma poderosa verificação de que os seus indícios a respeito das raças estavam "corretos". Os trabalhos de seu principal porta-voz na Alemanha, o eminente cientista Haeckel, proviam-lhes especial apoio (Poliakov, 1974). O apoio do estamento científico foi de tal ordem que Schleunes observou (1970, 30-52):

A apropriação dessas categorias científicas pelos racistas ganhou para o pensamento racista uma circulação muito mais ampla do que a garantida pelas suas ideias. Que satisfação deveria haver em descobrir que os seus preconceitos eram na realidade a expressão de uma verdade científica...

E que autoridade maior do que a Ciência poderiam os racistas trazer em apoio aos seus pontos de vista? Konrad Lorenz, um dos mais eminentes cientistas no campo do comportamento animal, frequentemente citado como o fundador desse campo, afirmou:

Exatamente como no caso do câncer, o melhor tratamento é erradicar o crescimento parasítico tão rapidamente quanto possível; a defesa eugênica contra os efeitos sociais disgênicos das subpopulações afetadas

necessariamente limita-se a medidas igualmente drásticas. ... Quando esses elementos inferiores não são efetivamente eliminados de uma população (saudável), então - da mesma forma como quando é permitido às células de um tumor maligno proliferar através de todo o corpo humano - eles destroem o corpo do hospedeiro e a si mesmas da mesma maneira (Chase 1980, 349).

Os trabalhos de Lorenz foram importantes no desenvolvimento do programa nazista destinado a erradicar o crescimento parasítico. Os programas governamentais sobre as maneiras pelas quais o povo alemão podia manter sua superioridade tornaram o Racismo quase incontestável. Embora King (1981, 156) afirmasse que "*o holocausto da perseguição nazista ... pretendia ter uma base genética científica*", nas mentes das pessoas que na época ocupavam posições no governo e nas universidades essa base científica apresentava-se com tanta força que poucos cientistas contemporâneos seriamente a questionaram. As atitudes do povo alemão devem ser somente parcialmente responsáveis pela ocorrência do holocausto - somente quando o Darwinismo foi acrescentado às atitudes preexistentes é que resultou uma combinação mortífera.

A maioria dos primeiros eugenistas, especialmente na América e na Grã-Bretanha, ressaltava que era preferível basear-se no voluntariado para a implementação de seus programas. Galton, entretanto, concluiu que a situação em seus dias "*era tão clara e evidente que garantia a intervenção do Estado de forma coercitiva na reprodução humana*" (Kevles 1985, 91). Mais tarde, um número cada vez maior de eugenistas passou a apoiar a ação governamental direta na aplicação das leis eugênicas - se a seleção natural darwinista produzia o mais apto, somente a seleção artificial imposta pelo governo poderia assegurar que só se multiplicassem os eugenicamente superiores. Muitos assistentes sociais e psiquiatras na Grã-Bretanha, Estados Unidos e Alemanha estavam convencidos da origem hereditária das deficiências sociais, e em cada vez maior número de países sentiam-se impelidos a forçar o governo a intervir. Em nenhum país a intervenção foi tão bem sucedida como na Alemanha. Desencorajados pela falta de eficácia de sua Ciência, e plenamente convencidos de que ela havia sido adequadamente apoiada empiricamente através da brilhante obra de Charles Darwin, Karl Pearson, Francis Galton e muitos outros, os cientistas ocidentais invejavam ter sido só a Alemanha capaz de implementar os programas que muitos cientistas americanos e europeus estavam então fortemente advogando (Chase 1980).

A Alemanha nazista certamente não estava só na aplicação da Ciência ao governo. Como afirma Kevles (1985, 101), "*Nos Estados Unidos, durante as primeiras décadas do século, passou a ser marca registrada de boa reforma planejar o governo com o auxílio de especialistas em vários ramos da Ciência. Especialistas em Eugenia em abundância foram trazidos dos departamentos de Biologia, Psicologia e Sociologia das universidades ou faculdades...*" E os programas de Eugenia alemães encontravam pouca oposição dos Estados Unidos. As implicações das leis eugênicas de imigração, nos Estados Unidos, especialmente a "Lei Johannson" de quotas, de 1924, que não foi revogada em 1941, tiveram enormes consequências para vidas humanas:

> *Pelo menos nove milhões de seres humanos incluídos naquilo que Galton e Pearson designaram como ramo degenerativo, dois terços dos quais eram judeus, ... continuaram a ter negado o direito de asilo em nossas portas. Todos eles foram finalmente internados nos campos de higiene da raça nórdica, onde os biólogos de plantão certificaram que haviam cessado de se multiplicar e cessado de existir* (Chase 1980, 360).

O primeiro passo foi determinar quais grupos eram geneticamente superiores, julgamento este grandemente influenciado pela cultura individual e local. Muitos alemães acreditavam que as escolhas americanas e britânicas das raças inferiores não estavam corretas; instituíram, assim, seu próprio programa para determinar quais eram as raças superiores. Isso significava que eles deviam primeiramente determinar quais raças eram superiores e então especificamente que traços enquadrariam uma pessoa em uma raça superior ou em uma raça inferior.

Tentando agrupar pessoas em raças para selecionar os "me-

lhores" alemães para servirem de criadores "oficiais" de filhos, os nazistas mediram uma ampla gama de traços físicos, como por exemplo dimensões da caixa craniana. Embora observações superficiais permitam a maioria das pessoas a proceder uma classificação grosseira em termos de raça branca, negra e oriental, quando a questão racial passa a ser analisada em profundidade, as classificações não são fáceis de modo algum, como logo os nazistas descobriram. Tornou-se mais difícil ainda, porque em muitos dos grupos que eles sentiam ser inferiores, como os eslovacos, os judeus, os ciganos, e outros, não era fácil distingui-los da pura raça "ariana". Em geral os nazistas basearam-se grandemente no trabalho de Hans F. K. Günther, que foi professor de Ciência Racial na Universidade de Jena. Como reconheceu Mosse (1981, 57), embora as "*relações pessoais de Günther com o partido fossem às vezes tormentosas, suas ideias raciais foram aceitas*" e receberam grande apoio em todo o governo alemão, e exerceram importante influência na política alemã. Günther reconheceu que embora "*uma raça possa não ser pura, os seus membros partilham certas características dominantes, preparando assim o caminho para a sua estereotipação*" (Mousse 1981, 57). O objetivo era encontrar o "tipo ideal" racial.

Ele chegou então à conclusão de que todos os arianos partilham um tipo nórdico ideal, em contraste com os judeus que, conforme ele, eram uma mistura de raças. Günther ressaltava tanto a mensuração antropológica dos crânios quanto a avaliação da aparência física da pessoa. A predominância de tais características e a linhagem genealógica da pessoa eram utilizadas como critérios. Mesmo apesar de ser enfatizada a aparência física, o ponto chave era que "o corpo é a vitrine da alma" e "a alma é primária" (Mosse 1981, 58). Mulheres foram selecionadas e colocadas em casas especiais e mantidas no programa enquanto continuassem a engravidar. Embora os pesquisadores tentassem escolher pessoas com traços ideais, o quociente intelectual (Q.I.) da prole resultante geralmente era mais baixo do que o dos pais. A pesquisa realizada com os descendentes desses experimentos concluiu que, como se sabe hoje, o Q.I. regride em direção à média da população.

Os pontos de vista evolucionistas não só influenciaram a atitude de nazista para com os judeus, mas também para com outros grupos étnicos e culturais. Até mesmo pacientes mentais foram massacrados, em parte porque se acreditava na época que a hereditariedade desempenhava a principal influência nas doenças mentais. Os pacientes mentais não eram o produto de um ambiente insano, mas de uma linha genética doentia (ou talvez tivessem algum sangue judeu ou não-ariano). Consequentemente, tinham de ser destruídos. Poliakov (1974, 282) observa que muitos intelectuais no início do século aceitavam a ideia da "telegonia", isto é, que um sangue impuro "contaminaria para sempre uma linhagem racial", ou que "o sangue impuro expulsa o puro, da mesma forma que a moeda má expulsa a boa moeda". Somente o extermínio eliminaria permanentemente as linhagens genéticas "fracas" e inferiores, propiciando assim condições para a evolução.

Numerosos biólogos respeitáveis apoiavam essa posição - o próprio Darwin compilou uma longa lista de casos em que "o sangue impuro" poluiu toda uma linhagem genética, levando-a a produzir descendência impura para sempre. Ernst Ruedin, da Universidade de Munique, e muitos de seus colegas (como Herbert Spencer, Francis Galton, Claude Bernard e Eugene Kahn, mais tarde professor de Psiquiatria em Yale) advogaram ativamente esse "argumento da hereditariedade". Foram eles também os principais arquitetos das leis alemãs da esterilização compulsória, destinadas a evitar que pessoas com genes defeituosos ou "inferiores" contaminassem o *pool* gênico ariano. Mais tarde, quando os "geneticamente inferiores" foram também considerados como "resíduo inútil", tornaram-se justificados os extermínios em massa. Os grupos julgados "inferiores" foram gradualmente expandidos para incluir ampla variedade de raças e grupos nacionais. Posteriormente passaram a incluir até mesmo pessoas idosas menos saudáveis, epilépticos, desequilibrados mentais, surdos-mudos, e pacientes terminais (Wertham, 1966; Chase, 1980).

A justificativa para essa matança, repetida numerosas vezes, era de que "eminentes biólogos e professores de medicina" advogavam o programa. O Dr. Carl

Brandt, de acordo com Wertham (1966, 160), achava que, como eruditos professores o apoiavam, o programa deve ser válido, e "quem haveria, mais qualificado que eles para julgar?" O cientista que dirigia o programa racial em Auschwitz, Dr. Joseph Mengele, era um pesquisador altamente respeitado, com numerosas publicações, detentor do título de Ph.D. obtido na prestigiosa Universidade de Munique, e do título de Doutor em Medicina obtido na Universidade de Frankfurt (Astor 1985). Seu zelo fundamentava-se em teorias científicas de primeira linha grandemente aceitas, e não em alegados impulsos sádicos ou psicopáticos (Posner e Ware, 1986). Seu biógrafo (Astor 1985, 21) concluiu que

A pureza da raça e a ameaça contaminadora dos judeus tornaram-se o evangelho da educação fundamental e superior. Quando Mengele iniciou seus estudos na Universidade de Munique, o anti-semitismo já havia germinado nas Ciências. ... O sensível jovem ... embebeu-se em escritos como os de Paul de Lagarde, erudito alemão oriental, que desprezava "aqueles que, fora de si, defendem esses judeus, ou que se mostram tão covardes para não esmagar esses parasitas usurários até a morte. ... Com as triquinas e os bacilos não se negocia, nem devem as triquinas e os bacilos ser educados. Devem eles ser exterminados tão rapidamente e tão completamente quanto possível".

Posner e Ware (1986, 23) acrescentam:

Em Munique, entretanto, Joseph cursava disciplinas de Antropologia e Paleontologia, além de Medicina. ... Seu real interesse em genética e evolução aconteceu coincidir com o conceito em desenvolvimento de que alguns seres humanos afetados por distúrbios genéticos eram incapazes de reproduzir, e até mesmo viver. ... Toda sua ambição era ser bem sucedido nesse novo campo de pesquisa evolutiva que então entrava em moda. (sublinhado suprido).

Os grupos incluídos como "inferiores" foram posteriormente ampliados para incluir pessoas que tivessem somente características negróides ou mongólicas, ciganos, e os que não "passassem" em um conjunto de testes de Frenologia engenhosamente planejados e explicitamente racistas, que hoje se sabe serem inteiramente destituídos de valor (Davies 1955). Após Jessie Owen ter conquistado várias medalhas de ouro nas Olimpíadas de 1936 em Berlim, Hitler declarou que "os americanos deveriam estar envergonhados de si mesmos" pelo simples fato de terem permitido que negros participassem das competições (Stanton 1972). Alguns até mesmo advogavam o ponto de vista de que as mulheres são evolutivamente inferiores aos homens. O Dr. Robert Wartenberg, que mais tarde tornou-se um eminente professor de Neurologia na Califórnia, tentou "comprovar" em uma monografia a inferioridade das mulheres, acentuando que elas não poderiam sobreviver a menos que fossem "protegidas pelos homens", e que elas eram "fracas" porque historicamente foram protegidas pelos homens. Por essa razão, concluiu ele que a seleção natural não havia sido tão operacional nas mulheres quanto nos homens. Assim, as mulheres mais fracas não eram eliminadas tão rapidamente, o que resultava em uma taxa de evolução mais lenta. Como que as fracas deviam ser "selecionadas" para a eliminação não ficou muito claro, bem como nem os critérios utilizados para a determinação de quem seriam as "fracas". As mulheres na Alemanha nazista eram explicitamente proibidas de ingressar em certas profissões, e exigia-se delas por lei a conformação ao tradicional papel feminino (Weindling, 1989).

Às mais das vezes os autores usualmente suprimem, ignoram totalmente, ou mesmo distorcem a íntima conexão entre a Evolução Darwinista e a teoria racial nazista e as políticas que ela produziu, porém, como adverte Stein (1988, 50):

Há pouca dúvida quanto à história do Etnocentrismo, do Racismo, do Nacionalismo e da Xenofobia, ter sido também a história da utilização da Ciência e das ações dos cientistas em apoio a essas ideias e movimentos sociais. Em muitos casos fica claro que a Ciência foi utilizada meramente como matéria prima ou evidência pelos atores políticos ideologicamente interessados na prova de noções preconcebidas. A maioria dos sociobiologistas e estudiosos da Biopolítica contemporâneos argumentaria que todas as tentativas para

utilizar a Ciência desta maneira constituem de fato mera pseudociência. ... Por outro lado, existe também pouca dúvida no registro histórico quanto a essa atitude contemporânea auto-protetora basear-se em uma leitura errônea da história, até certo ponto intencional. A história do Etnocentrismo e quejandos tem sido também a história de muitos altamente respeitados cientistas da época, que se destacaram por usar bastante ativamente sua própria autoridade como cientistas para introduzir e apoiar doutrinas sociais e políticas racistas e xenofobistas, em nome da Ciência. Assim, se os cientistas da época utilizaram a Ciência da época para o avanço do Racismo, isto constitui simplesmente uma forma de amnésia "Kuhniana", ou desculpa histórica para eliminar a preocupação com um possível abuso contemporâneo da Ciência, alegando que no passado o abuso foi mera pseudociência.

A literatura contém somente poucos estudos que tratam diretamente dessa questão - e muitos a evitam porque a seleção é inevitavelmente selecionista. O próprio coração da Teoria da Evolução é a "sobrevivência do mais apto", e isso exige diferenças em uma espécie que no decorrer do tempo se tornará suficientemente grande para que os indivíduos que as possuem - os mais aptos - sejam mais aptos para sobreviver, manifestando taxas de sobrevivência diferenciais. Embora o processo de raciação possa iniciar-se com pequenas diferenças, a Evolução no decorrer do tempo produz raças distintas que resultam da "especiação", ou seja, o desenvolvimento de uma nova espécie.

O Nazismo e a Religião

Muito da oposição feita ao movimento eugenista proveio dos cristãos alemães. Embora Hitler tivesse sido coroinha e então "se considerado um bom católico romano" (Zindler 1985, 29), como adulto manifestou fortes sentimentos anti-religiosos, como também muitos dos líderes do partido nazista. Como qualquer bom político, entretanto, ele tentou explorar abertamente a influência da igreja (Phillips 1981, 164). Seus sentimentos a respeito da religião foram rudemente expostos certa ocasião:

A mentira organizada (a religião) deve ser esmagada. O Estado deve permanecer como mestre absoluto. Quando eu era mais moço, pensava que era necessário iniciar (a destruição da religião) com dinamite. Compreendi, desde então, que existe espaço para sutilezas. O estado final deve ser, na cadeira de S. Pedro, um oficiante senil; perante ele algumas sinistras mulheres idosas. ... Os jovens e saudáveis estão ao nosso lado. ... É impossível manter a humanidade eternamente na escravidão e na mentira. ... Foi somente entre o sexto e o oitavo séculos que o cristianismo foi imposto ao nosso povo. ... Antes disso nosso povo foi bem sucedido em viver muito bem sem essa religião. Tenho seis divisões de homens nas SS absolutamente indiferentes às questões religiosas. Isso não os impede de caminharem para a morte com serenidade em suas almas (1953, 17). [As SS (Schutzstaffell em Alemão) eram o corpo de elite do partido nazista e seu principal instrumento de controle. Ver detalhes sobre elas, por exemplo, no verbete SS na Encyclopaedia Britannica.].

Suas crenças eram extremamente claras: os jovens, que constituíam a esperança da Alemanha, eram "absolutamente indiferentes às questões religiosas". Como Keith observou (1946, 72), o partido nazista encarava a Evolução e o Cristianismo como extremos opostos porque

O Cristianismo não faz distinção entre raças ou cores; ele procura destruir todas as barreiras raciais. Neste respeito a mão do Cristianismo está contra a da natureza, pois não são as raças da humanidade a colheita evolutiva que a natureza tem labutado durante longas eras para produzir? Não podemos dizer, então, que o Cristianismo é anti-evolucionista em seu propósito?

A oposição à religião foi uma característica proeminente da Ciência alemã, e posteriormente, da teoria política alemã desde o seu próprio início. Como resumiu Stein (1988, 54):

Ernst Haeckel ... em uma conferência intitulada "Sobre a Evolução: a Teoria de Darwin" ... argumentava que Darwin estava correto. ... A humanidade inquestionavelmente havia evoluído do reino animal. Assim, e aqui foi dado o passo

fatal na primeira grande exposição do Darwinismo na Alemanha, a existência política e social da humanidade é governada pelas leis da evolução, da seleção natural e da Biologia, como foi claramente mostrado por Darwin. Argumentar ao contrário é superstição retrógrada. E, de fato, foi isso o que fez a religião organizada, interferindo assim no caminho do progresso científico e social.

Borman foi igualmente grosseiro ao destacar que a oposição da igreja às forças da evolução deveria ser condenada. Em suas palavras:

Os conceitos nazistas e cristãos são incompatíveis. As igrejas cristãs edificam-se sobre a ignorância das pessoas e esforçam-se por manter grandes porções do povo na ignorância. ... Por outro lado, o Nacional-Socialismo baseia-se em fundamentos científicos. Os princípios imutáveis do Cristianismo, que foram estabelecidos há quase dois mil anos, enrijeceram-se de forma crescente até se transformarem em dogmas estranhos à vida. O Nacional-Socialismo, portanto, se quiser cumprir sua tarefa no futuro, deverá sempre guiar-se de acordo com os dados mais recentes das pesquisas científicas (Citado em Mosse 1981, 244).

Borman conclui também que:

De há muito as igrejas cristãs têm estado cientes de que o conhecimento científico exato constitui uma ameaça à sua existência. Portanto, através de pseudo-ciências tais como a Teologia, desenvolvem grandes esforços para suprimir ou falsificar a pesquisa científica. Nossa visão do mundo nacional-socialista coloca-se em um nível muito mais elevado do que os conceitos do Cristianismo, os quais em sua essência foram retirados do Judaísmo. Por essa razão, também, podemos dispensar o Cristianismo (Mosse 1981, 244).

De nossa perspectiva moderna, a segunda guerra mundial e seus resultados decorreram da ideologia de um louco malévolo e seu governo. Hitler, entretanto, não se encarava como mau, mas como benfeitor da humanidade. Ele achava que, decorridos alguns anos, o mundo ser-lhe-ia extremamente grato, a si e aos seus programas, por terem elevado a raça humana a níveis genéticos mais altos de evolução mediante a proibição de casamentos mistos com raças inferiores. Seus esforços para levar membros dessas raças inferiores aos campos de concentração não era tanto para punição, mas, como seus apologistas repetidamente declararam, era uma salvaguarda protetora semelhante à quarentena de pessoas doentes para evitar a contaminação da comunidade. Ou, como Hoess acrescenta (1960, 110), "*tal luta, legitimizada pelos últimos pontos de vista da Ciência, justificava as concepções de povos e nações superiores e inferiores mantidas pelos racistas, e validava o conflito entre ambos*".

Algumas conclusões

Embora muitos fatores tenham produzido a mistura fatal que deu origem ao movimento nazista, a noção darwinista da luta pela sobrevivência foi apropriada para justificar os pontos de vista do movimento, não só sobre as raças como também sobre a guerra. Uma razão, se não a maior, que contribuiu para que as coisas atingissem a extensão do holocausto foi a aceitação do Darwinismo Social pela comunidade científica e acadêmica (Aycoberry 1981, Beyerchen 1977, Stein 1988). O uso errôneo da Teoria de Darwin, na forma como foi ela modificada por Haeckel (1876, 1900, 1903, 1905, 1916), Chamberlain (1911) e outros, contribuiu assim para a morte de um total de mais de nove milhões de pessoas em campos de concentração, e aproximadamente quarenta milhões de outros seres humanos em uma guerra que custou cerca de seis trilhões de dólares. Embora não seja tarefa fácil avaliar completamente os motivos conflitantes de Hitler e seu partido, a Eugenia claramente desempenhou uma parte importante. Se o partido nazista tivesse plenamente aceito e consistentemente atuado de acordo com a crença de que todos os seres humanos são irmãos, iguais perante Deus, poder-se-ia argumentar que o holocausto provavelmente jamais teria ocorrido. O expurgo da doutrina da origem divina do ser humano, que se encontra no Judaísmo, no Cristianismo e no Maometismo, retirando-a da Teologia alemã em seu tronco principal e suas diferentes escolas, contribuiu abertamente para a aceitação da Teoria do Darwinismo Social, resultando na tragédia da segunda guerra mundial (Chase 1980).

Holocausto nunca mais

Referências

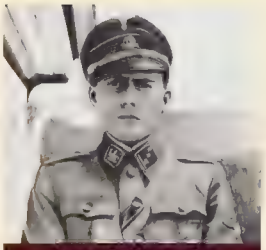
1. Astor, Gerald. *The Last Nazi: The Life and Times of Joseph Mengele*. New York: Donald Fine Co., 1985.
2. Aycoberry, P. *The Nazi Question: An Essay on the Interpretations of National Socialism*. 1922-1975, New York: Pantheon, 1981.
3. Barzum, Jacques. *Darwin, Marx, Wagner*. Garden City, NY: Doubleday Anchor Books, 1958.
4. Bergman, Jerry. *A Short History of Wars and Holocausts*. Artigo submetido para publicação, 1988.
5. Beyerchen, A. D. *Scientists under Hitler*. New Haven, CT: Yale University Press, 1977.
6. Chamberlain, Houston. *The Foundations of the Nineteenth Century*. 2 Vols. London: Lane, 1911 (First ed. 1899).
7. Chase, Allan. *The Legacy of Malthus: The Social Costs of the New Scientific Racism*. New York: Alfred A. Knopf, 1980.
8. Clark, Robert. *Darwin: Before and After*. Chicago, IL: Moody Press, 1953.
9. Cohn, N. *Warrant for Genocide*. New York: Scholow Press, 1981.
10. Conklin, Edwin G. *The Direction of Human Evolution*. New York: Scribners, 1921.
11. Davies, John D. *Phrenology: Fad and Science*. New Haven, CT: Yale University Press, 1955.
12. Farrar, Straus and Yong. *Hitler's Secret Conversations*: 1941-1944. Com um ensaio introdutório sobre *The Mind of Adolf Hitler* by H.R. Trevor-Roper. New York: Farrar, Straus and Yong, 1953.
13. Gasman, Daniel. *The Scientific Origin of National Socialism*. New York: American Elsevier, 1971.
14. Gould, Stephen Jay. *Ontogeny and Phylogeny*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1977.
15. Haeckel, E. *The History of Creation: Or the Development of the Earth and Its Inhabitants by the Action of Natural Causes*. New York: Appleton, 1876.
16. _____. *The Riddle of the Universe*. New York: Harper, 1900.
17. _____. *The Evolution of Man*. New York: Appleton, 1903.
18. _____. *The Wonders of Life*. New York: Harper, 1905.
19. _____. *Eternity: World War Thoughts on Life and Death, Religion, and the Theory of Evolution*. New York: Truth Seeker, 1916.
20. Haller, John S., Jr. *Outcasts from Evolution: Scientific Attitudes to Racial Inferiority*, 1859-1900. Urbana, IL: University of Illinois Press, 1971.
21. Hickman, Richard. *Biocreation*. Worthington, OH: Science Press, 1983.
22. Hitler, Adolf. *Hitler's Secret Conversations*. New York: Farrar, Straus and Yong, 1953.
23. Hoess, Rudolf. *Commandant of Auschwitz*. Cleveland: World Publishing Co., 1960.
24. Hooton, Earnest Albert. *Why Men Behave Like Apes and Vice Versa or Body and Behavior*. Princeton: Princeton University Press, 1941.
25. Humber, Paul. "The Ascent of Racism". *Impact*, Feb. 1987, pp. 1-4.
26. Jackel, E. *Hitler's Weltanschauung*. Middletown, CT: Wesleyan University Press, 1972.
27. Jacquard, Albert. *In Praise of Difference: Genetics and Human Affairs*. New York: Columbia University Press, 1984.
28. Jones, Greta. *Social Darwinism and English Thought: The Interaction between Biological and Social Theory*. Atlantic Highlands, NJ: The Humanities Press, 1980.
29. Keith, Arthur: *Evolution and Ethics*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1946.
30. Kevles, Daniel J. *In the Name of Eugenics: Genetics and the Uses of Human Heredity*. New York: Alfred A. Knopf Company, 1985.
31. King, James. *The Biology of Race*. Berkeley, CA: University of California Press, 2nd, Ed., 1981.
32. Lappe, Marc. "Eugenics", *in The Encyclopedia of Bioethics*. New York: The Free Press, 1978.
33. Mosse, George L. *Nazi Culture: Intellectual, Cultural, and Social Life in the Third Reich*. New York: Schocken Books, 1981.
34. Phillips, Kevin. *Post-Conservative America: People, Politics, and Ideology in a Time of Crisis*. New York: Random House, 1981.
35. Poliakov, Leon. *The Aryan Myth*. (Traduzido por Edmund Howard) New York: Basic Books, 1974.

36. Posner, G. L. and J. Ware. *Mengele*. New York, McGraw Hill Book Company, 1986.
37. Proctor, Robert N. *Racial Hygiene: Medicine under the Nazis*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.
38. Rauschning, Hermann. *The Revolution of Nihilism*. New York: Alliance Book Corp., 1939.
39. Rich, N. *Hitler's War Aims*. New York: Norton, 1973.
40. Rudorff, Raymond. *Studies in Ferocity*. New York: The Citadel Press, 1969.
41. Schleunes, Karl A. *The Twisted Road to Auschwitz*. Urbana IL: University of Illinois Press, 1970.
42. Stanton, William. *The Leopard's Spots: Scientific Attitudes towards Race in America, 1815-1859*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1972.
43. Stein, George. "Biological Science and the Roots of Nazism". *American Scientist*, Vol. 76, nº 1, Jan-Feb., 1988, pp. 50-58.
44. Tenenbaum, Joseph. *Race and Reich*. New York: Twayne Pub., 1956.
45. *The Nuremberg Trials*. Vol. 14, Washington DC: GPO, 1946.
46. Tobach, Ethel and John Gianusos, Howard R. Topoff, and Charles G. Gross. *The Four Horsemen: Racism, Sexism, Militarism, and Social Darwinism*. New York: Behavioral Publications, 1974.
47. Weindling, Paul. *Health, Race and German Politics between National Unification and Nazism 1870-1945*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1989.
48. Weiss, Sheila Faith. *Race Hygiene and National Efficiency: The Eugenics of Willhelm Schallmayer*. Berkeley, CA: University of California Press, 1988.
49. Wertham, Frederic. *A Sign for Cain*. New York: The Macmillan Co., 1966.
50. Whitehead, John. *The Stealing of America*. Westchester, IL: Crossway Books, 1983.
51. Wiggan, Albert Edward. *The New Dialogue of Science*. Garden City, NY: Garden City Publishing Co., 1922.
52. Wilder-Smith, Beate. *The Day Nazi Germany Died*. San Diego, CA: Master Books, 1982.
53. Zindler, Frank R. "An Acorn Is Not an Oak Tree". *American Atheist*. August, 1985.

JOSEPH MENGELE

(Esta Nota foi inserida na reedição deste número da Folha Criacionista)

A título de ilustração sobre alguns dos destaques do artigo de Jerry Bergman "A Eugenia e o Desenvolvimento da Política Racial Nazista", e seus efeitos catastróficos, apresentam-se algumas informações sucintas sobre Joseph Mengele resumidas de https://pt.wikipedia.org/wiki/Josef_Mengele.



Joseph Mengele
[Pelos critérios de Lombroso em seu "L'Uomo delinquente" (Ver Folha Criacionista nº 47), daria para prever?]

Mengele obteve um doutorado em Antropologia e Medicina pela Universidade de Munique e começou a carreira como pesquisador. Ingressou no Partido Nazista em 1937 e na SS em 1938. Inicialmente designado como oficial médico do batalhão no início da Segunda Guerra, transferiu-se para o serviço de campo de concentração no início de 1943 e foi designado para Auschwitz. Lá, viu a oportunidade de realizar pesquisas genéticas em seres humanos. Suas experiências subsequentes, focando principalmente em gêmeos, não tinham nenhum respeito pela saúde ou segurança das vítimas.

Nossa intenção era exemplificar os tipos de pesquisa efetuados por ele em Auschwitz, mas a busca por ilustrações referentes às verdadeiras atrocidades cometidas por ele em nome da Ciência nos levou a desistir, pelas cenas impressionantes vindas a descoberto e publicadas para divulgar o que chegou a ser conhecido sobre o "Holocausto"! Continuaremos apenas informando o que ocorreu com ele após sua fuga da Alemanha no final da Segunda Grande Guerra.

Assistido por uma rede de ex-integrantes da SS, Mengele navegou para a Argentina em julho de 1949. Inicialmente viveu em torno de Buenos Aires, em 1959 fugiu para o Paraguai e em 1960 para o Brasil, quando era procurado pela Alemanha Ocidental, por Israel e por caçadores de nazistas, como Simon Wiesenthal, para que ele pudesse ser levado a julgamento. Apesar dos pedidos de extradição do governo da Alemanha Ocidental e operações clandestinas da agência de inteligência israelense, o *Mossad*, Mengele escapou da captura. Em 1979 morreu por afogamento enquanto nadava em Bertioga, no litoral de São Paulo, no Brasil, e foi enterrado sob um nome falso. Seus restos foram desenterrados e identificados através de um exame forense em 1985.

JESSIE OWENS

(Esta Nota foi inserida na reedição deste número da Folha Criacionista

Outro destaque do artigo de Jerry Bergman "A Eugenia e o Desenvolvimento da Política Racial Nazista" que mencionaremos aqui refere-se ao atleta norte-americano Jessie Owens, visando a restaurar a veracidade do que ocorreu na sua participação das Olimpíadas de Verão realizadas em 1936 em Berlim. [Resumo de https://pt.wikipedia.org/wiki/Jesse_Owens]

Jessie Owens nos Jogos Olímpicos de Verão 1936 em Berlim

Owens foi o mais novo de dez filhos, três meninas e sete meninos, nascidos de Henry Cleveland Owens e Emma Mary Fitzgerald em Oakville, Alabama em 12 de setembro de 1913. JC, como era chamado (em Inglês letras "Jota" e "Ce", pronunciadas como "jey" e "ci"), tinha nove anos quando a família se mudou para Cleveland, Ohio em busca de melhores oportunidades, como parte da grande migração, quando 1,5 milhão de afro-americanos deixaram o segregado sul. Quando seu novo professor perguntou o seu nome (para entrar em seu livro de anotações), ele disse que era JC, mas por causa de seu forte sotaque do sul, o professor pensou que ele disse "Jessie". O nome pegou, e ele ficou conhecido como Jessie Owens o resto de sua vida.

Dedicando-se ao atletismo, Jessie Owens coroou sua carreia com a participação nas Olimpíadas de Verão realizadas em 1936 em Berlim, onde venceu os 100 m e 200 m rasos, revezamento de 4x100 m e salto em distância.

Na ocasião, o presidente do Comitê Olímpico Internacional disse a Hitler que na qualidade de convidado de honra, deveria cumprimentar todos os atletas vencedores ou não felicitar nenhum, pois a correria e a confusão que isto acarretava, com centenas de fotógrafos, cinegrafistas, repórteres, seguranças e público que procuravam aproximar-se do líder, estavam atrasando o andamento normal dos jogos. Como não podia estar presente a todos os momentos em que os campeões eram agraciados, Hitler optou então por não descer mais da tribuna de Honra.

Quando Owens ganhou as medalhas, Hitler já tinha tomado essa decisão e, ao contrário de ter-se mostrado indignado, abanou as mãos efusivamente para o atleta. Nas palavras do próprio Owens: "Quando eu passei, o chanceler se ergueu, e acenou com a mão para mim, eu respondi ao aceno". Esta é a versão definitiva, expressa inúmeras vezes pelo próprio atleta ao longo de sua vida, de que houve um aceno recíproco bem como posaram juntos, Owens e Hitler, atrás da tribuna de honra, para uma foto.

Quando Owens venceu a prova dos 200 m ele mirou seus olhos para o COI e não para a tribuna de Hitler, pois Hitler estava ausente no dia. Jesse Owens foi aclamado por milhares de torcedores de diversas nações naquele dia, juntamente com o alemão Lutz Long, que terminou a prova em segundo lugar. Os EUA conseguiram vencer dez provas de atletismo. Destas, seis medalhas de ouro foram conseguidas com a participação de quatro negros.

A maior conquista de Owens foi não se contrapor ao regime nazista, mas sim abalar a noção racista da nação americana no século XX, como ele mesmo deixou bem claro em sua biografia. Ele declarou que o que mais o magoou não foram as atitudes de Hitler, mas o fato do presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt não lhe ter mandado sequer um telegrama felicitando-o por suas conquistas na Olimpíada. Owens teria dito mais tarde: "Não foi Hitler que me ignorou, quem o fez foi Franklin Delano Roosevelt. O presidente nem sequer me mandou um telegrama."

Sic transit gloria mundi...

Notícias

E mais

- CIÊNCIA MORTAL
- PREOCUPAÇÕES ÉTICAS COM A EUGENIA E A ENGENHARIA GENÉTICA
- O NOVO RACISMO
- O MOVIMENTO EUGENISTA
- O DARWINISMO SOCIAL NA FRANÇA
- DARWINISMO SOCIAL OU SPENCERISMO SOCIAL?
- ECOLOGIA SOCIAL DARWINISTA
- DARWIN, SELEÇÃO NATURAL E DESTINO

CIÊNCIA MORTAL

Hugh Trevor-Roper (Lord Dacre of Glanton), historiador, autor e editor de numerosos livros, dentre os quais "The Last Days of Hitler" (6ª edição 1982), fez a revisão crítica do livro de autoria do alemão Benno Müller-Hill intitulado "Tödliche Wissenschaft: Die Aussorderung von Juden, Zigeunern und Geisteskranken 1933-1945" ("Ciência mortal: A eliminação dos judeus, ciganos e doentes mentais 1933-1945") para a revista "Nature".

Esta revisão, publicada no volume 313 da referida revista, de 31 de janeiro de 1985, sob o título "Seas of Unreason", apresenta aspectos históricos de interesse para a melhor compreensão do artigo sobre a "Eugenia e o Desenvolvimento da Política Racial Nazista" publicado neste número da Folha Criacionista. Por esta razão, segue-se a transcrição da revisão crítica de Hugh Trevor-Roper, que sem dúvida será de bastante interesse para nossos leitores.

A "solução final" do problema não "solucionou" nada! Pelo contrário, levantou novos e desconcertantes problemas para os historiadores, filósofos e moralistas. Como pôde surgir essa vasta operação de assassinato em massa, altamente organizada, que não se circunscreveu somente aos judeus? Como pôde uma nação civilizada, em pleno século vinte, não somente permitir, mas realmente cooperar com essa operação? Todas as velhas desculpas e explicações dadas até agora estão esgotadas. Que o povo alemão não sabia o que estava sendo feito, que não teve responsabilidade pelo ocorrido, que foi obra de um partido político criminoso que usurpou o poder e estabeleceu uma ditadura - tudo isso hoje se reconhece como sendo um mito. O povo alemão, ou pelo menos o estamento alemão, não somente conhecia e tolerava o que estava sendo feito - desde que fosse feito longe de suas vistas e ouvidos - mas havia preparado a base e provido os meios para que tudo acontecesse. É desafiante e perturbador refletir como estariam as coisas hoje se Hitler tivesse vencido a guerra. Quanto saberíamos hoje sobre o destino dos judeus, dos ciganos e dos outros povos "inferiores" que teriam desaparecido? Até onde teria o processo prosseguido? Quão inquisitivo ou contrito estaria o povo alemão? Uma nova geração aceitaria uma vitória nesses termos?

Pelo menos hoje conhecemos a história dos fatos. O maquinismo foi estabelecido primeiramente para atender ao programa de "eutanásia" para o extermínio

dos doentes mentais. Transferiu-se para o leste após a invasão da Rússia, e então foi "aperfeiçoado" para abranger milhões de vítimas, incluindo eslavos e ciganos. Continuou a operar durante a guerra, mesmo quando as tropas alemãs batiam em retirada em todas as frentes de batalha. A indústria do extermínio parecia, às vezes, ter precedência às necessidades bélicas. Trazer à luz os fatos, porém, não é explicá-los. No mais alto nível de comando podemos supor uma ideologia racial fanática. Hitler e Himmler tinham se convencido, a si mesmos e aos seus seguidores, de que a destruição dos judeus constituía um ato necessário de desinfecção: o extermínio de parasitas biológicos que de outra forma destruiriam a "superior" raça alemã. Mas, o que dizer da elite tecnológica que organizou o esquema e lubrificou o processo de destruição: os médicos de avental branco que selecionaram os candidatos à câmara de gás, que procederam a experiências em suas vítimas enquanto ainda vivas, e que após sua morte dissecaram seus corpos enviando seus órgãos em conserva para "pesquisas" nos seus institutos? Os piores dentre eles - aqueles que realmente participaram diretamente do morticínio - não escaparam do julgamento, embora ainda o Dr. Mengele esteja vivendo confortavelmente no Chile (*); porém outros, que meramente se utilizaram ou usufruiram de sua atividade, voltaram aos seus laboratórios e salas de aula, e continuaram seus estudos e sua docência como se estivessem inocentes de qualquer cumplicidade. Mediante que processo histórico ou psicológico, perguntamos, esses homens instruídos, professando uma ciência humanista, tornaram-se agentes essenciais das mais pavorosas ações de um regime hoje universalmente ignominioso?

Os especialistas envolvidos eram especialmente geneticistas que aceitaram perversões do Darwinismo; antropólogos que acreditavam na inferioridade herdada irremediável de certas raças; e psiquiatras que criam na herança das doenças mentais. O professor Müller-Hill, geneticista da Universidade de Colônia, movido pelo problema da cumplicidade dessas pessoas, fez um cuidadoso estudo de sua atuação e sua personalidade. Examinou documentos e entrevistou sobreviventes e famílias ou curadores daqueles que não sobreviveram. Muitos documentos foram deliberadamente destruídos, e muitos dos entrevistados recusaram-se a permitir a publicação do registro da entrevista. As fontes secundárias sobre o assunto são - sem dúvida por essas razões - muito escassas, e o professor Müller-Hill insiste que ainda muito trabalho permanece para ser feito. Não obstante, construiu ele uma história detalhada para mostrar como, na Alemanha nazista, o estudo e a prática acadêmica da Antropologia e da Psiquiatria "passo a passo levaram ao assassínio em massa dos que não estivessem conformes".

O estabelecimento central nesta história é o "Instituto Kaiser Guilherme" em Berlim, e em particular seus institutos distintos para a Antropologia e a Psiquiatria. Esse órgão foi a "ponta-de-lança do progresso dos estudos avançados", e já em 1933 havia aderido às doutrinas raciais. Como diretor do Instituto de Psicologia, o professor Eugen Fischer declarou ao novo Reichsarztführer (Ministro da Saúde) Dr. Conti, que "nosso movimento eugênico tem ido muito mais longe" do que o partido nazista. Desta forma, a nova ordem de então foi aceita facilmente. Três meses após a ascensão de Hitler ao poder, o Instituto obedientemente iniciou o expurgo de seus membros judeus. Daí por diante alçou vôo livre. Primeiro veio a esterilização dos incapacitados. Aqui os psiquiatras tomaram a dianteira. Os princípios básicos já haviam sido lançados. A doença mental era incurável e hereditária. A Ciência havia comprovado essa verdade! Portanto, as vítimas não tinham direito algum; os médicos (acompanhados de um juiz) decidiam seu destino. Este trabalho continuou até o ataque à Polônia. Até então cerca de 350.000 a 400.000 esterilizações haviam sido efetuadas; porém agora os médicos foram chamados para a guerra, "e também para matar aqueles que previamente teriam sido esterilizados".

Durante toda a guerra, a cúpula do "Instituto Kaiser Guilherme" cooperou entusiasticamente com o partido nazista. Organizaram-se cursos intensivos para os médicos das SS. Foram recebidos também fundos das SS para as pesquisas. Ainda aqui os psiquiatras estavam na liderança. Recordavam eles que

(*) Na época em que este artigo foi escrito não havia ainda sido trazido à baila o caso da presença de Joseph Mengele no Brasil e da descoberta de sua ossada em um cemitério paulista (Nota do Editor).

em 1918 soldados "neuróticos" haviam deposto suas armas, e isso não mais devia acontecer. Assim, soldados que vacilassem na frente de batalha eram enrijecidos por tratamento com choque elétrico – "tortura por eletricidade", na qual não desejariam incorrer uma segunda vez. (Se eles se opusessem ao tratamento, eram considerados "mentalmente doentes", e necessitando mais do mesmo tratamento). No meio tempo, entrou em vigor a lei da eutanásia. Os doentes mentais poderiam agora ser mortos tranquilamente. As vítimas eram selecionadas pelos médicos e enviadas para postos de extermínio especiais, para morrerem na câmara de gás. Os judeus, dentre eles, eram enviados ao novo campo de extermínio em Chelmno, na Polônia. "A operação, que se iniciou no meio do maior sigilo, logo tornou-se conhecida de todo o povo alemão". Advogados, funcionários e o clero protestaram; porém, diz o professor Müller-Hill, "dentre todas as cartas, não vi nenhuma escrita por um só psiquiatra!"

A "Operação Eutanásia" foi encerrada em outubro de 1941, e seu maquinismo voltou-se contra os judeus. Nesse maquinismo incluíam-se seus mentores, os psiquiatras. Os médicos do "Instituto Kaiser Guilherme" dificilmente ter-se-iam surpreendido. Seis meses antes, seus dirigentes, os professores Fischer e Günther, tinham sido convidados de honra em uma conferência convocada por Alfred Rosenberg, ideólogo de Hitler, sobre "A Solução Total do Problema Judaico". A natureza da ação proposta tinha então ficado clara. Mas não eram somente os judeus que estavam agora para serem exterminados. Os eslavos eram também geneticamente "inferiores", e por isso os prisioneiros de guerra russos foram condenados à morte por inanição ou por excesso de trabalho. O professor Abel, do Instituto de Antropologia, posicionou-se a favor do "extermínio de todo o povo russo", o que entretanto foi julgado impraticável. Foi assim "justificado historicamente, com fundamentos biológicos", um plano para exterminar 15 milhões de poloneses. Os ciganos, sendo em menor número, eram mais fáceis de serem tratados, e também foram objeto de estudos científicos. Estava em fase de preparo um relatório especial sobre eles pelo Dr. Ritter, do Departamento de Pesquisas sobre Higiene Racial do Ministério da Saúde do Reich.

Em 1941 os ciganos foram incluídos na "solução final", e os ciganos da Rússia e dos Bálcãs foram massacrados localmente. Os ciganos da Alemanha foram deportados para a Polônia em 1939. Como, agora, dispor deles? Um plano para colocá-los todos em um navio e afogá-los no Mediterrâneo foi cancelado por razões práticas. Foi então decidido deixá-los morrer de frio. O Dr. Ritter, porém, protestou dizendo que ainda não tinha completado suas pesquisas com eles, o que lhes assegurou mais um ano de vida. Finalmente foram eles exterminados nas câmaras de gás de Auschwitz. Os que vinham da Prússia Oriental, separadamente, eram levados de imediato às câmaras de gás logo ao chegarem, pelo atencioso Dr. Mengele, que lá se encontrava. Receava ele uma epidemia, a menos que eles fossem rapidamente eliminados. O ano de vida adicional não havia sido inútil à pesquisa: permitiu ao Dr. Ritter confirmar as hipóteses que havia estabelecido. Como expôs o professor Fischer, "é uma rara e especial oportunidade, para uma ciência teórica, florescer em uma época em que a ideologia dominante lhe dá as boas vindas e suas descobertas podem servir à política do estado"; e as conclusões do Dr. Ritter sobre os ciganos poderiam agora prover um modelo para o tratamento de outros grupos.

Neste ínterim, o professor Fischer aposentou-se no "Instituto Kaiser Guilherme", porém o seu sucessor, o professor Verschuer, de Frankfurt, continuou os seus bons trabalhos, e graças ao seu assistente, o Dr. Mengele, explorou "as gigantescas oportunidades" de Auschwitz. O Dr. Mengele forneceu ao Instituto "raro e valioso material" - órgãos humanos conservados em líquidos especiais e despachados pelo correio expresso como "urgente material de guerra". Ele também levou a efeito seus próprios projetos. De pé, em posição ameaçadora em Auschwitz, selecionava gêmeos, anões e gigantes, e após suas experiências ao vivo, matava-os e dissecava-os para continuar as pesquisas. Outros departamentos do Instituto utilizaram-se também das mesmas oportunidades. O Instituto de Psiquiatria e o Instituto do Cérebro agarravam avidamente os crânios tão logo os recebessem. Como diretor do Instituto do Cérebro, o professor Hallervonden explicaria, mais tarde, ao seu interrogador americano:

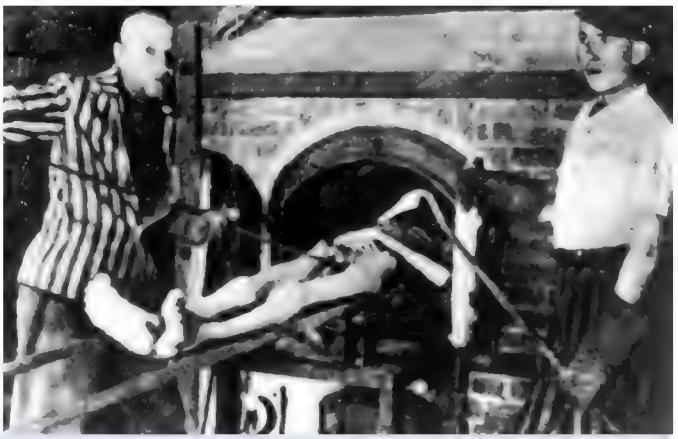
"Ouvi que eles iam fazer isso, e então fui e lhes disse - olha aqui, pessoal, se vocês vão matar toda essa gente, pelo menos retirem deles o cérebro, para que esse material possa ser utilizado". Eles me perguntaram - quantos você pode usar? "E eu lhes disse - qualquer número; quanto mais, melhor. Dei a eles material de fixação, frascos e caixas, e eles me enviaram as peças como uma empresa de mudanças com um caminhão transportando mobília."

Infelizmente poderiam existir transtornos, como o professor Schneider lamentou em Heidelberg: somente metade dos cérebros das crianças chegou em condições de uso. "É uma pena!" escreveu ele filosoficamente a seu antigo colega do programa da eutanásia, o professor Nitzsche, "mas sempre ajuda".

No final de seu livro, o professor Müller-Hill cita uma conversa entre o Dr. Mengele e seu "assistente-escravo" judeu em Auschwitz, Dr. Nyiszli. "Quando cessará todo esse extermínio?" perguntou o infeliz prisioneiro. "Meu amigo", respondeu seu senhor, "ele continuará e irá continuando". Na realidade, só cessou com a derrota da Alemanha na guerra, mas o questionamento continua e irá continuar. O professor Müller-Hill os resume como "nove questões", que ele não tem a pretensão de responder com certeza. Ele apresenta também o texto de suas entrevistas, nos casos em que obteve permissão. A questão fundamental é por que aconteceu isso somente na Alemanha? Poderá acontecer em algum outro local? E o problema fundamental levantado pelas entrevistas está no fato de que nenhum daqueles professores que participaram - a uma distância segura - desse horrível evento, parece sentir qualquer sentimento de responsabilidade pessoal pelas ocorrências.

Fechados em sua "objetividade" complacente, insular, essas pessoas simplesmente não conseguem ver porque seriam acusadas de algo "não-profissional". E como elas não se condenariam a si mesmas, também não condenariam umas às outras. "Perguntei a todos os seus ex-alunos ainda vivos se o professor Fischer era um anti-semita", escreve o professor Müller-Hill. "Não", responderam todos eles, sem exceção: "qualquer outra coisa ele poderia ser, mas não isso". E ele foi um dos presidentes do Congresso Anti-Judaico em Cracóvia! "Quanto o Dr. Mengele sabia da crueldade e da matança em Auschwitz", escreveu um comitê de seus colegas docentes em 1949, "não emerge dos documentos". "Não vamos dizer nada sobre isso: ficou tudo para trás", escreveu o professor von Verschuer, o sucessor de Fischer, calmamente, a um eminente cientista estrangeiro em 1946. E seus próprios colegas pelo menos estavam preparados para concordar: não seriam tão "farisaicos", disseram, para julgar um homem que tinha todas as qualidades de um pesquisador e professor ideal. Todos fizeram sentir seu espírito corporativo: "seus colegas estiveram mais próximos dele do que os seus pacientes".

Eles acreditavam também que foram "objetivos". Não perverteram seu julgamento por quaisquer preconceitos ideológicos ou morais. Eles não eram nazistas. O professor Müller-Hill concede que "todos eles - não excluo nenhum - apresentavam áreas mentais não solapadas pelo Nazismo", "ilhas de racionalidade em um espumejante mar de irracionalidade". Porém, se eles não eram nazistas, isso talvez



Tétricas Operações de chegada e Saída de Auschwitz

tivesse acontecido somente por causa de seus preconceitos, os quais pensavam eles constituir pura ciência, e que antecederam o Nazismo que eles voluntariamente serviram. Isso, de fato, tão somente desloca o problema mais para trás. Sua solução deve ser procurada não na história publicada do Nazismo, mas na escura e ainda pouco explorada pré-história mental daquele sinistro movimento.

É realmente impressionante como foi possível acontecer tudo isso em pleno século vinte em um país tão "desenvolvido" como a Alemanha!"

Conforme exposto pelo professor Hugh Trevor-Roper, em termos conceituais "no mais alto nível de comando podemos supor uma ideologia racial fanática" e em termos operacionais, nos escalões seguintes estavam os especialistas, "especialmente geneticistas que aceitaram perversões do Darwinismo". Na realidade, com Nazismo ou sem Nazismo, o fato é que o Racismo foi consequência inevitável do Darwinismo.

A "perversão", portanto, não está no Racismo "per se", mas no Darwinismo, de onde provém o Racismo e outros tantos males congêneres! Recomendamos a nossos leitores o artigo publicado na Folha Criacionista número 2, intitulado "Darwinismo Social" de autoria de Bolton Davidheiser, onde se amplia essa perspectiva deletéria do Darwinismo na sociedade humana.

PREOCUPAÇÕES ÉTICAS COM A EUGENIA E A ENGENHARIA GENÉTICA

A Eugenia e os conceitos que nela se embutem continuam a constituir preocupação neste fim de século, particularmente em função dos progressos da chamada Engenharia Genética.

"O Estado de S. Paulo" em página inteira dedicada ao assunto "Ciência e Ética brigam nos laboratórios" publicou vários pequenos artigos e notícias bastante esclarecedores dessa problemática. Pelo seu interesse em conexão com o artigo de fundo publicado neste número da Folha Criacionista, resolvemos transcrever três desses artigos a seguir.

1. CIÊNCIA E ÉTICA BRIGAM NOS LABORATÓRIOS

Ivan Martins

A humanidade está diante de uma ponte e não sabe o que a espera do outro lado. Segundo alguns, a manipulação dos genes humanos, que leva o nome futurista de Engenharia Genética, pode conduzir a um mundo novo, em que palavras como doença, deformidade e dor sejam apenas vultos do passado. Para outros, o desvendamento das moléculas que regem o desenrolar da vida finalmente tornado possível pela Ciência conduz ao terreno da miséria moral, simbolizada pela palavra "Eugenia".

Resgatada dos livros de história e rebatizada como "nova Eugenia", essa expressão veio à baila no bojo dos debates que se travam na Europa e nos Estados Unidos, em torno das experiências de Engenharia Genética - ou melhor, dos limites que devem ou não ser impostos às atividades dos cientistas que tentam entender e alterar as cadeias biológicas da hereditariedade.

Mas o que significa Eugenia? Para o criador da palavra, o naturalista inglês Francis Galton (1822-1911), Eugenia significava a possibilidade de melhorar a espécie humana, através da seleção genética dirigida. A ideia, que parecia inofensiva, ganhou popularidade e apoio no meio científico, inclusive do evolucionista Charles Darwin, primo de Galton.

Seriam necessárias algumas décadas para que o lado nefasto dessa ideia viesse à luz. Nas

Interessante informação sobre a legislação eugenista nos Estados Unidos

décadas de 20 e 30, nos Estados Unidos, foram esterilizados alguns milhares de pessoas - 10 mil apenas na Califórnia - tendo por justificativa leis baseadas na ideia de Eugenia. Tratava-se de impedir a procriação de doentes mentais, epilépticos e qualquer outro que fosse julgado "imperfeito" pelas autoridades. Legislação semelhante foi adotada em países como Dinamarca, Alemanha, Suécia e Suíça.

Esse é o fantasma que ativistas, como o americano Jeremy Rifkin, vislumbram por trás das experiências com o DNA humano. Quando o Parlamento Europeu aprova 10 milhões de libras, em verbas para pesquisas genéticas, como fez no início deste mês, com a intenção de "identificar os indivíduos de alto risco e protegê-los de doenças às quais eles são geneticamente mais vulneráveis e, quando possível, prevenir a transmissão de suscetibilidades genéticas às próximas gerações", muitas pessoas se assustam.

"A questão é saber quem está no comando", afirma Benedikt Haerlin, representante da Alemanha Ocidental no Parlamento Europeu. "Quem define que gene é bom e que gene é mau?", pergunta o filósofo Rifikin, que tenta barrar na Justiça experiências liberadas pelas autoridades de saúde americanas. Tanto Haerlin quanto Rifkin não são contra estudos genéticos - mas lembram que o assunto é importante demais, para ser deixado apenas nas mãos dos cientistas.

2. ATIVISTA QUER LIMITES CLAROS

Moisés Rabinovici

A primeira tentativa de usar seres humanos como cobaias, em experiências que envolvem a Engenharia Genética, está sendo torpedeada, nos Estados Unidos, por uma figura que já se tornou lendária nos meios científicos. Trata-se de Jeremy Rifkin, um baixinho careca, de vasto bigode que, aos 44 anos, já publicou oito livros em 12 línguas, sempre militando em temas que vão desde a oposição à guerra do Vietnã, até a Ecologia, passando pelo controle do poder de manipulação genética.

A experiência seria realizada pelo médico Steven Rosenberg, outra lenda viva da ciência americana, e envolveria a participação de dez pacientes terminais de câncer, todos com uma expectativa de vida de menos de 90 dias. Eles receberiam injeções de glóbulos brancos modificados geneticamente, de modo a torná-los rastreáveis no organismo. Rosenberg pretendia acompanhar a ação desses glóbulos no organismo doente, para saber até que ponto eles são efetivos.

"A tecnologia parece ser sedutora e pode trazer muitos benefícios", admite Rifkin. "Mas temos de resolver as implicações éticas e sociais, antes de dar um passo adiante. Por isso, iniciei a ação judicial na Corte de Washington, bloqueando a experiência". O que ele pretende impedir, na verdade, é que as portas de um mundo novo e desconhecido sejam escancaradas sem maiores precauções. Exemplo de um abuso previsto por Rifkin: o da produção de trabalhadores resistentes ao trabalho com substâncias químicas perigosas, gerados nos laboratórios de Engenharia Genética. "Que patrão vai querer contratar outros empregados?", ele pergunta, exclamando: "Estamos abrindo a porta de uma revolução biotecnológica que nos permitirá redesenhar o homem".

Rifkin lembra que algumas companhias americanas já qui-

seram contratar só mulheres esterilizadas para trabalhos específicos, temendo ações legais que poderiam resultar do nascimento de crianças defeituosas. Além disso, lembra ele, o hormônio de crescimento, produzido pela Engenharia Genética, já está sendo procurado por pais que querem filhos de maior estatura, movidos pela suposição de que pessoas mais altas ganham salários também maiores.

Mas mesmo a tentativa de Rosenberg desperta suspeitas em Rifkin. "A experiência vai afetar apenas os pacientes que vão morrer, de qualquer maneira, em 90 dias. Só pretendem investigar como um glóbulo branco se move. Mas há um problema. Como conseguir uma informação confiável, em apenas 90 dias? A experiência não trará nenhuma informação científica, acredita Rifkin, que está preocupado principalmente com o precedente que vai gerar. "O comitê que aprovou a experiência pode ser muito qualificado, mas não está preparado para medir as consequências éticas e sociais".

De experiência em experiência, pensa Rifkin, pode-se criar um clima de banalidade que leve a tentativas mais ousadas, como a ressurreição das práticas eugenistas. "A gente lembra, naturalmente, a Alemanha nazista, mas a questão agora é completamente diferente. Em vez de olhos azuis, como queria Hitler, o que se procura agora é a eficiência. A nova Eugenia é comercial e técnica, ao contrário da hitlerista, que foi social. Fala-se em redesenhar o ser humano. A questão é saber quem vai decidir sobre o que é bom ou sobre o que é mau. Quem fará o papel de Deus?", pergunta Rifkin.

Ele acha que a Ciência criou novos problemas éticos, impensáveis há algumas décadas. "A preocupação não será mais com a liberdade de imprensa, de religião, de reunião, de voto. Na nova era, a principal questão dos direitos civis vai ser a da privacidade genética", diz ele.

Um simples exame de sangue vai poder revelar quase tudo sobre um candidato a um emprego; por exemplo, se ele tem propensão à estafa, sua raça, suas fraquezas em geral, e criar possibilidades para novas formas de discriminação. "Enquanto não houver respostas para essas questões éticas, vou continuar bloqueando judicialmente essas experiências", promete Rifkin.

3. NO CENTRO DA POLÊMICA, HITLER

"No 11º capítulo do livro *Mein Kampf* ("Minha Luta"), intitulado "Povo e Raça", Adolf Hitler explica em palavras cruas sua visão da necessidade de aprimorar a espécie humana: "O papel do mais forte é dominar", escreveu o fundador do Nazismo. "Não deve misturar-se com o mais fraco, sacrificando assim a grandeza própria. Somente um débil de nascença poderá ver nisso uma crueldade, o que se explica pela sua compleição fraca e limitada".

Há poucas semanas, as sombras do Nazismo e da Eugenia - que o Terceiro Reich elevou à condição de política de Estado - foram lembradas em editorial pela revista inglesa *New Scientist*. O texto alertava para a necessidade de controlar as experiências genéticas e acenava com os "fantasmas da década de 40".

"Nossa obrigação é manter a opinião pública atenta e alerta para o que acontece no campo da Ciência", explicou, ao repórter José Carlos Santana, da "Agência Estado", Michel Kenward, editor da conceituada publicação. Antes da *New Scientist*, uma outra revista inglesa, *The Lancet*, já havia provocado rebuliço, ao comentar as possibilidades, teoricamente ao alcance das mãos, da remoção e manipulação de genes defeituosos para tratamento de doenças hereditárias.

Dominada por pessoas inescrupulosas - como o médico nazista Joseph Mengele, que cometia atrocidades supostamente científicas com os prisioneiros do campo de extermínio de Auschwitz, na Polônia -, a Engenharia Genética pode se converter num instrumento de barbárie, e não de aprimoramento humano.

Nem todos, porém, têm esses receios. "Na prática, os perigos da Engenharia Genética são menos iminentes do que a ficção científica sugere", diz o professor britânico Barry Cross, diretor do "Conselho de Pesquisa Agrícola e de Alimentos". Para ele, ainda há um longo caminho a percorrer antes que sonhos ou pesadelos possam nascer nos laboratórios. Mas ressalva: "Isso não quer dizer que as experiências que se fazem hoje não devam ser cuidadosamente vigiadas".

O NOVO RACISMO

Steven Rose, professor de Biologia da "Open University", fez uma revisão crítica do livro "The New Racism", de Martin Barker, na revista "New Scientist" de 29 de outubro de 1981, que transcrevemos a seguir para nossos leitores, para completar o quadro do racismo já desenhado nos demais artigos, com algo mais contemporâneo.

No que diz respeito à ação popular, a "Liga Anti-Nazista" estabeleceu as conexões que ligam muito claramente a "Frente Nacional" da Inglaterra aos nazistas de Adolf Hitler. Há três anos, em um livro intitulado simplesmente *Fascists* (Harcourt Brace Jovanovich), Michael Billing expôs com profundidade as dívidas conceituais e intelectuais (se não forem muito ambiciosos estes termos) que a "Frente Nacional" tem para com o Nazismo. Em "The New Racism" (com o subtítulo "Conservadores e a Ideologia da Tribo"), o filósofo Martin Barker não tenta minimizar a conexão nazista. Explica ele, outrossim, o racismo muito mais comum e insidioso, tido como certo, que permeia a Inglaterra contemporânea, um racismo que é uma das partes menos palatáveis da tradição das classes trabalhadoras inglesas, e tema reiterado dos *Tories* (conservadores) "ordinários" cuja voz o Thatcherismo representa.

Barker inicia mostrando como na década de 1970 o racismo inglês se tornou institucionalizado, com seu discurso sobre os temores "naturais" da população branca nacional, sobre a "inundação" de imigrantes, sobre as normas "moderadas" para a imigração e a naturalização. Expõe então como as raízes desse racismo provêm de aspectos particulares da tradição política inglesa, mas se preocupa centralmente em mostrar como o novo racismo deriva tanto de um antigo tema filosófico estendendo-se até o século dezessete e David Hume, como também de um novo "Biologismo".

Em uma série de capítulos incisivos, explica ele as ligações existentes, tanto da Etologia da década de 1960 (a "ciência pop" de Robert Andrey, Konrad Lorenz e Desmond Morris), como da Sociobiologia da década de 1970 (tipificada por Richard Dawkins e E. O. Wilson), com o Racismo contemporâneo e a ideologia da Nova Direita, que com ele se entrelaça. Mostra, ainda, que, embora as manifestações de seus protagonistas sejam de estarem acima da "mera política humana", como Richard Dawkins expôs há não muito tempo atrás em uma carta dirigida a outra revista científica britânica, a Sociobiologia contém inserida em suas premissas valores que ela procura derivar, tautologicamente, de suas evidências humanas e não-humanas. As teorias da Sociobiologia constituem inevitavelmente círculos viciosos, e portanto são vazias; elas se tornam o que Barker chama de "ciência ideológica".

Ele não se preocupou meramente com a crítica das evidências oferecidas pelos sociobiologistas, ou com a oposição às teorias somente porque elas são racistas, mas procurou integrar um ataque simultaneamente filosófico, lógico e político a suas premissas. Ainda mais, ele assim procede do ponto de vista de alguém que se descreve a si mesmo como um partidário do Darwinismo - sem ligação com o movimento criacionista, e mesmo sem qualquer verniz neo-lamarckista em moda. O ponto principal para Barker é que, em contradição com os sociobiologistas, a essência da natureza biológica do ser humano é transcender essa natureza através do potencial criativo do cérebro humano, e acima de tudo, através da natureza "socializada" da produção e da reprodução humanas. É exatamente porque a Sociobiologia e os sociobiologistas não compreendem esse ponto, que eles, como David Hume, não podem deixar de ser racistas, para Martin Barker, pelo que ele vê a Sociobiologia tão profundamente "sintonizada" com o pensamento da Nova Direita.

Os leitores acostumados à fragmentação do conhecimento, que constitui outro aspecto típico da sociedade contemporânea, e que desejarem saber antecipadamente se o livro que estão lendo é sobre política contemporânea, filosofia clássica, teoria evolucionista, ou qualquer outra coisa, deveriam ficar cientes disso. Este livro transcende tais fronteiras disciplinares estreitas, sem jamais perder-se em tecnicismos da argumentação nem se tornar superficial. Um modelo de pensamento claro, bem como de sua expressão escrita, merece ser amplamente lido.

O MOVIMENTO EUGENISTA

A revista "Science" de 4 de novembro de 1977 publicou uma revisão crítica de autoria de Ruth Schwartz Cowan, do Departamento de História da "State University of New York", sobre o livro "Eugenics and Politics in Britain, 1900-1914", de G. R. Searle.

Acreditamos que será de interesse para nossos leitores a transcrição de alguns trechos dessa revisão, tendo em vista o artigo publicado neste número da Folha Criacionista sobre o tema.

Alguns historiadores creem que o conhecimento do passado é útil para evitar erros no presente. Os historiadores da Ciência que têm essa tendência têm à sua disposição numerosos casos de paradigmas, um dos quais, não surpreendentemente - o caso do movimento eugenista - nos últimos anos tem sido submetido a crescente investigação. O livro de Searle (na realidade ele é pouco mais do que um longo ensaio) é somente um dos numerosos livros e artigos que apareceram recentemente sobre o assunto; não é nem o melhor nem o pior deles, mas, como se diz, constitui uma contribuição útil à literatura.

O movimento eugenista foi uma tentativa de fazer com que os princípios da nova Ciência da Genética influíssem na formulação de uma política pública. O movimento foi internacional em seu escopo, mas tornou-se particularmente proeminente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha entre 1900 e 1930, e na Alemanha por vários anos infelizes posteriores. A despeito das diferenças nacionais em ênfase e tom, os princípios subjacentes à Eugenia foram sempre os mesmos: a hereditariedade é uma determinante das características humanas mais forte do que o ambiente; o aprimoramento da sociedade depende do aprimoramento da raça; o aprimoramento da raça não pode ser atingido sem obedecer às leis da genética; logo, os hábitos de reprodução dos seres humanos constituem assunto pertinente ao escrutínio governamental, e as leis do Estado deveriam basear-se nas leis da Genética. Biólogos profissionais foram proeminentes nos movimentos eugênicos em todos os três países; de fato, de acordo com Searle (e outros) foi a presença desses especialistas que tornou as políticas eugenistas crescentemente atrativas ao público.

Os eugenistas tiveram vários graus de sucesso. Nos três países mencionados foram aprovados por lei vários itens - leis de esterilização, leis de restrição à imigração, institucionalização dos débeis mentais, incentivos à procriação por parte dos "aptos" - com vários graus de severidade. Talvez de forma mais significativa, os eugenistas foram também bem sucedidos em influenciar atitudes públicas, assim legitimizando e institucionalizando uma espécie de racismo que sempre havia existido, mas que previamente não fora validado pela Ciência (somente pela religião). Esse racismo foi o pivô ideológico para o apoio a atos específicos de política pública, que à primeira vista não parecem ter relacionamento; podem ser vistas, sob essa luz, políticas tão díspares como a redução do imposto de renda para os pais, e as guerras coloniais. Não se pode ler a imprensa popular, nem a erudita, daqueles países naqueles anos, sem se tornar ciente, de maneira expressiva, de quão penetrante e sutil era a influência real da Eugenia; das páginas dos romances até os diários de Werner Heisenberg, tudo parece ter sido contaminado pela sua presença.

Alguns analistas do movimento eugenista creem que estamos testemunhando uma ressurgência de suas alegações, desta vez sob a pressão de temores quanto à superpopulação do globo. À medida que um número cada vez maior de biólogos tem saído de seus laboratórios para fazer pronunciamentos sobre problemas sociais (prática anteriormente comum somente entre os físicos), um número cada vez maior de historiadores volveu sua atenção ao antigo movimento eugenista com a esperança às vezes expressa e às vezes não (como no livro que está sendo apreciado criticamente), de que uma recordação do que aconteceu e foi dito há 50 anos possa servir de advertência aos que no presente quisessem se apressar no seu julgamento.

Os ramos alemão e americano do movimento têm sido estuda-

dos extensivamente pelos historiadores, porém, curiosamente, a versão britânica, que foi a precursora deles todos, tem sido esquecida. Assim, o livro de Searle constitui a primeira discussão ampla do movimento eugenista britânico a ser publicada por um não participante (apesar de o movimento britânico ter sido objeto de pelo menos uma tese de doutoramento: Lindsay Farrell, "The Origins and Growth of the English Eugenics Movement", Indiana University, 1970). Seu mérito repousa na capacidade do autor em considerar o movimento no contexto da política britânica contemporânea: Searle demonstra que a popularidade do movimento não se deveu nem às teorias darwinistas da seleção natural (que haviam sido enunciadas 40 anos antes), nem à aplicação feita por Galton daquilo que ele considerava ser a teoria de Darwin para as populações humanas (Galton cunhou o termo "Eugenia" em 1883), mas sim à viabilidade das teorias eugenistas em uma época em que a consciência nacional britânica estava assaltada pela dúvida em face do declínio do Império. O movimento eugenista não constituiu um fenômeno isolado, de acordo com Searle, mas foi a resposta dada por um determinado setor conservador (e poderoso) da classe média profissional, aos debates nacionais sobre a degeneração racial, a eficiência nacional, o desemprego, a seguridade nacional, a lei da pobreza, e o orçamento social - para não falar da guerra dos Boers e das incursões alemãs na África. Havelock Ellis, Leonard Darwin, Beatrice Webb, Harold Laski, J. B. S. Haldane, J. M. Keynes e Wiston Churchill poderiam concordar entre si com muito pouco mais, mas todos eles foram eugenistas em algum ponto de sua carreira.

... O livro é muito resumido e o período em discussão muito breve. É necessário saber o que aconteceu depois de 1914, quando as dificuldades britânicas decuplicaram, e quando o movimento eugenista em outros países estava realmente a pleno vapor. Além do mais, Searle diz quase nada sobre as questões científicas envolvidas; este não é o livro a ser consultado para uma discussão fundamentada das diferenças entre os mendelistas e os biometristas, ou das implicações do Weissmannismo na Biologia ..."

A Folha Criacionista recomenda a seus leitores que desejarem se aprofundar no estudo de bibliografia correlata, a consulta ao número especial do "British Journal for the History of Science" que tratou da Genética, da Eugenia e da Evolução, no qual vários artigos são apresentados sobre o tema. Trata-se do número de 1989 da referida revista.

O DARWINISMO SOCIAL NA FRANÇA

Para melhor compreender a influência que a conjuntura e a herança cultural de uma sociedade exercem sobre a aceitação ou rejeição de novas estruturas conceituais, ou de novas teorias científicas que nelas procurem abrigo, é bastante ilustrativo o estudo do que aconteceu na França - em contraposição ao que ocorreu na Alemanha, quanto à aplicação das ideias darwinistas à Sociologia.

Nesse sentido, o artigo que se transcreve a seguir é extremamente valioso. Trata-se de "Le Darwinisme Social en France", de autoria de Linda Clark, professora de História na "Millersville University of Pennsylvania", e autora do livro "Social Darwinism in France". Este artigo foi publicado na revista "La Recherche" (196):192-200, fevereiro de 1988, e certamente será de grande interesse para nossos leitores.

"Para compreender o interesse que diversos historiadores manifestam com relação ao "Darwinismo Social", sem dúvida é necessário remontar a 1944, data em que o historiador americano Richard Hofstadter publicou uma obra que se tornou clássica: "Social Darwinism in American Thought". O objetivo de seu estudo era mostrar como certos grupos sociais haviam utilizado as noções fundamentais da teoria darwinista para analisar a vida econômica e política dos Estados Unidos e para apoiar "cientificamente" suas concepções ideológicas. A própria no-

ção de "Darwinismo Social" indicada no título da obra levanta diversos problemas que serão considerados mais além. Richard Hofstadter dá a ela um sentido primário inteiramente claro: é a concepção que consiste em aplicar ao estudo das sociedades humanas as ferramentas teóricas forjadas por Darwin para explicar a evolução das espécies vegetais e animais (e em particular a noção de seleção natural). Este tema, de fato, é tão velho quanto o Darwinismo propriamente dito, e esteve presente desde as vastas discussões suscitadas a partir de 1859 com a publicação do grande livro de Darwin sobre "A origem das espécies mediante a seleção natural, ou a luta pela existência na natureza".

Da natureza à cultura

Darwin afirmava que as espécies existentes de plantas e animais eram o resultado de uma lenta evolução partindo de formas de vida primitivas e, para explicar este processo evolutivo, apresentou uma teoria segundo a qual a seleção natural se exercia sobre variações acidentais. Ao mesmo tempo que os cientistas da década de 1860 receberam imediatamente com entusiasmo ou com hostilidade as provas da Teoria da Evolução, e o clero e os leigos inquietos reagiram ao desafio lançado por Darwin ao relato bíblico da Criação, certos comentaristas declaravam que a teoria de Darwin podia facilmente aplicar-se à sociedade humana. Antes mesmo que Darwin tivesse estendido explicitamente sua teoria à espécie humana, no seu livro "A Descendência Humana" (1871), o "Darwinismo Social" havia feito sua aparição nos escritos de certos autores que afirmavam que as noções darwinistas de "luta pela vida", "sobrevivência do mais apto", e "seleção natural" caracterizavam muito nitidamente a evolução do comportamento humano individual ou coletivo.

O mais conhecido desses primeiros representantes do "Darwinismo Social" foi Herbert Spencer, filósofo inglês notavelmente autodidata, que havia começado a formular as leis da evolução social no início da década de 1850, tendo então forjado a expressão "sobrevivência do mais apto", retomada mais tarde por Darwin. Em suas obras, como por exemplo "Introdução à Ciência Social" (1873) e "O Indivíduo contra o Estado" (1885), Spencer associou as expressões darwinistas, tornadas cada vez mais familiares, à sua velha apologia do "laisser-faire", que ele considerava como o sistema econômico mais "natural". Certos contemporâneos seus viram nele também um representante particularmente típico do Darwinismo Social [1]. Retomando esta ideia, o historiador Hofstadter consagrou um capítulo à acolhida dada pela América às ideias de Spencer; e um outro historiador, James Allen Rogers, afirmou que o Darwinismo Social devia de fato muito mais a Spencer do que a Darwin [2].

Aos olhos de Hofstadter o Darwinismo Social foi um elemento essencial da mentalidade americana do fim do século dezenove, porque de um lado ele aureolava com o prestígio da Ciência moderna os argumentos que justificavam a acumulação de riquezas pelos capitalistas triunfantes (e portanto considerados como "mais aptos") em uma sociedade em vias de industrialização; e de outro lado ele reforçava os argumentos que Spencer formulara contra a efetivação de programas de auxílio público aos carentes (ou "inaptos"). Segundo Spencer, de fato tal auxílio do Estado contrariaria os processos sociais naturais.

Mais tarde, alguns escritores americanos utilizaram a terminologia darwinista para legitimar as vitórias do imperialismo europeu e americano sobre os africanos e os asiáticos. Esta argumentação, entretanto, não provinha de Spencer, abertamente anti-imperialista; e segundo Hofstadter, ela era menos significativa e menos divulgada do que a apologia do "laisser-faire" expressa em termos darwinistas. A tese de Hofstadter, professor de História na Universidade de Colúmbia, rapidamente se viu integrada nos livros que descreviam as atitudes americanas no fim do século dezenove.

O interesse suscitado pela história do Darwinismo Social finalmente extrapolou o quadro anglo-americano. Nas décadas de 1950 e 1960, especialistas da história alemã começaram a destacar manifestações de "Darwinismo Social" na Alemanha imperial, e estabeleceram uma conexão entre as controvérsias anteriores a 1914 sobre a "superioridade" e a "inferioridade" das raças e o infame elemento racista da ideologia nazista. O Darwinismo Social figurou, assim, na

lista dos componentes clássicos do "Zeitgeist" da civilização ocidental do fim do século dezenove, ao lado do liberalismo, do positivismo, do nacionalismo, do socialismo, e de diversas outras ideologias. Manifestações de Darwinismo Social foram igualmente investigadas na Rússia imperial, na França e na Itália [3].

Uma contra-corrente "revisionista" lançada por historiadores americanos, entretanto, decidiu refutar a tese de Hofstadter. Estudos realizados envolvendo homens de negócios americanos mostraram, de fato, que os argumentos do Darwinismo Social raramente apareciam em seus escritos; e Robert Bannister sustenta que o Darwinismo Social, tal como o definiu Hofstadter, verdadeiramente jamais existiu. Segundo ele, tratava-se mais de um espantalho inventado pelos reformadores sociais a fim de reforçar seus argumentos a favor de seus próprios programas, desqualificando assim os contra-argumentos pretensamente propostos pelos crueis partidários do Darwinismo Social [4]. Bannister conclui, afinal, que, sempre que o Darwinismo se manifestou no pensamento social anglo-americano anteriormente a 1914, isso se deu mais sob a forma de um "Darwinismo Reformista" do que de um "Darwinismo Social" [5]. Esta noção de "Darwinismo Reformista" devemos a um outro historiador americano, Eric Goldman; ela se tornou clássica por designar a posição de numerosas personalidades do fim do século dezenove que afirmavam que "a cooperação para a vida" era muito mais importante e muito mais natural na sociedade humana do que "a luta pela vida" [6]. Baseando-se em algumas alusões feitas por Darwin na "A Descendência Humana" às tendências cooperativas que caracterizam a evolução das sociedades humanas, diversos reformistas liberais e socialistas procuraram utilizar o nome de Darwin para legitimar precisamente os auxílios do Estado aos pobres, ou os princípios econômicos que os partidários do "laisser-faire" rejeitaram em nome do Darwinismo.

E o que há sobre a história do Darwinismo na França? Não se trata tão somente de destacar na França os darwinistas partidários do racismo ou do "laisser--faire" econômico, mas também de levar em conta o argumento revisionista que contesta que o Darwinismo Social fosse uma ideologia importante e bem definida no fim do século dezenove. É importante observar, então, que alguns historiadores americanos tentaram minimizar consideravelmente o vulto do Darwinismo Social, e importantes obras foram recentemente publicadas na Inglaterra e na França sobre os comportamentos que ele suscitou [7]. Atualmente está em curso um estudo referente ao impacto do Darwinismo e do Darwinismo Social no Japão imperial.

A despeito da tese revisionista negando a existência ou a importância do "Darwinismo Social", encontramos em fontes históricas dois elementos que justificam o recurso a essa expressão. Primeiramente, na França e em outros países, alguns autores explicitamente expressaram sua intenção de aplicar o Darwinismo ou algumas ideias darwinistas à sociedade; em segundo lugar, aqueles que criticavam na época essas aplicações do Darwinismo empregavam frequentemente de maneira pejorativa a expressão "Darwinismo Social" para designá-las. Mas, se o Darwinismo Social ocupa um lugar no "Zeitgeist" da França no fim do século dezenove, qual então a sua importância?

Para tentar responder a esta questão dispomos não somente de fontes históricas, mas também de trabalhos e discursos políticos veementes recentemente publicados. Por exemplo, Zeev Sternhell, historiador israelense especializado nos estudos sobre a Direita francesa, recentemente considerou o Darwinismo Social como um elemento essencial da ideologia da "Direita Revolucionária" antes de 1914, e insistiu no fato de que os verdadeiros fundadores do Fascismo europeu não surgiram primeiramente na Alemanha, mas na França do "caso Dreyfus" [8]. Simultaneamente, os porta-vozes da "Nova Direita" têm tentado reabilitar às vezes alguns aspectos do Darwinismo Social. Porém, em outras circunstâncias, eles o têm qualificado muito mais como criação da Esquerda marxista do que dos ideólogos liberais ou conservadores. De fato, como espero mostrar, na França o "Darwinismo Social" revestiu-se de nuances extremamente diversificadas. Ele abrangeu, por exemplo, os socialistas, que foram "darwinistas sociais" de um gênero particular. Mas os temas da "luta pela vida" e da "seleção dos mais aptos" inegavelmente encontraram numerosos ecos no pensamento

da Direita. Mesmo sendo difícil fazer um balanço absolutamente preciso a respeito da situação atual, é claro que a noção de "Darwinismo Social" apresenta certo conteúdo histórico, e é útil para a análise da história das ideologias na França.

O Darwinismo Social de Clémence Royer

A primeira manifestação do Darwinismo Social na França teve como objetivo atrair a atenção dos leitores da primeira tradução francesa de "A origem das espécies". O autor dessa tradução lançada em 1862 foi uma letrada senhora independente, Clémence Royer. Ela acrescentou à tradução um prefácio de quarenta e cinco páginas, no qual comentou abundantemente o significado filosófico, religioso e social da obra. Lendo esse texto, Darwin convenceu-se de que Clémence Royer devia ser "uma das mulheres mais inteligentes e mais singulares da Europa" [9]. Contudo, procurou ele finalmente, outro tradutor, porque, como um comentarista observou em "L'Illustration" de 7 de fevereiro de 1863, a audácia de Clémence Royer arriscava "desgostar os leitores que tivessem lido com calma a exposição das observações e experiências de Darwin". Entretanto, até a publicação de duas outras traduções (em 1873 e 1876), as três edições da tradução de Clémence Royer continuaram sendo as únicas disponíveis para os leitores franceses.

As concepções políticas e filosóficas de Clémence Royer eram de uma liberal e livre-pensadora. Ela tinha saído da França e ido para a Suíça na década de 1850 e havia travado relações com alguns republicanos franceses exilados durante o Segundo Império. Quatro passagens de seu prefácio bem ilustram seus esforços para estabelecer uma conexão entre Darwin e diversas controvérsias da época. Ela começou expondo sua posição na controvérsia entre Ciência e Religião. Sua crença em "uma revelação racional que nada mais é do que a resultante dos progressos da Ciência e da consciência contemporâneas" achava-se confirmada, dizia ela, pela obra de Darwin, exemplo de "uma revelação racional (...) essencialmente e irremediavelmente herética". Em uma segunda passagem reveladora, afirmou ela que "A Origem das Espécies" mostrava também "como até agora foram falsas nossas leis políticas e civis, da mesma forma que nossa moral religiosa". A aplicação da lei da seleção natural à humanidade demonstrava os erros "desta caridade imprudente e cega em que nossa era cristã sempre procurou o ideal da virtude social, e que a democracia queria transformar em uma espécie de fraternidade obrigatória, embora sua consequência mais direta seja agravar e multiplicar na raça humana os males os quais ela pretende curar. Chega-se assim a sacrificar aquilo que é forte àquilo que é fraco, os bons aos maus, os seres bem dotados de corpo e espírito aos seres defeituosos e doentios".

Embora concordando com uma ajuda caritativa aos pobres e doentes, Clémence Royer se queixava de que "ninguém tende a auxiliar a força nascente, a desenvolver e multiplicar o mérito, o talento ou a virtude. Ao contrário, primeiro a guerra, depois a navegação, em seguida os trabalhos perigosos, dizimam os homens mais robustos e mais ativos, os mais ousados e os mais inteligentes. A frouxidão e a licenciosidade enervam as classes ricas; a miséria e as privações enfraquecem as massas trabalhadoras; a inatividade, a inutilidade e até a restrição dos costumes limitam a ação social e produtiva das mulheres bem nascidas e bem dotadas (...)". Clémence Royer afirmou, todavia, com otimismo, em uma terceira passagem, que, no plano intelectual a humanidade progrediu: "Se a força e a beleza física não são mais do que vantagens secundárias em nossas sociedades modernas, a inteligência, a destreza, o espírito industrioso e comercial são da mais alta importância. O homem ideal de nosso tempo é aquele que produz; a mulher ideal é aquela que conserva e economiza".

Ela acrescentou, igualmente, uma nota nitidamente feminista ao lamentar que, para sobreviver, muitas mulheres devessem vender-se a quem melhor oferecesse, no casamento; e afirmou que "para estimular os rápidos progressos da raça em todos os sentidos", as mulheres, como os homens, deveriam ser julgadas quanto a sua "força" e sua "inteligência". Enfim, como indivíduos e raças não tinham "por natureza" força física ou capacidades intelectuais iguais, Clémence Royer esboçou um credo político e econômico rejeitando "uma igualdade impossível". O melhor governo seria um "regime da

mais ilimitada liberdade individual". Se os indivíduos fossem livres para ascender ou rebaixar em função de seus méritos pessoais, então aqueles que fossem bem sucedidos "na livre concorrência", seriam provavelmente os mais aptos. A teoria de Darwin era portanto "a síntese universal das leis econômicas, a ciência social natural por excelência"; como "a lei da economia e da abundância, a garantia necessária do bem-estar e do progresso para toda a criação orgânica" [10].

Como mais de um comentarista observou, a própria linguagem de "A Origem das Espécies", encorajou aplicações à sociedade humana como as que fez Clémence Royer [11]. O próprio Darwin reconheceu sua dívida para com Malthus. Segundo este pastor inglês, as populações humanas tendiam a se multiplicar mais rapidamente que os recursos alimentares limitados. Esta argumentação foi retomada por aqueles que denunciavam o auxílio caritativo aos pobres, e estimulou a reflexão de Darwin sobre "a economia inteira da natureza". A ideia da luta pela vida, escreveu Darwin, era "uma generalização da lei de Malthus aplicada ao reino orgânico em sua totalidade". "A origem das espécies" tinha como sub-título "A luta pela existência na natureza". Isso encorajou imediatamente as especulações relativas às raças humanas, e "A Descendência Humana" nada mais fez do que confirmar essa tendência. Darwin, certamente, havia observado que "o argumento mais forte que se opõe à teoria que quer considerar as raças humanas como espécies distintas é que elas se miscigenam umas com as outras". Mas para aqueles que procuravam argumentos sobre a "superioridade" e a "inferioridade" das raças, era fácil retomar a sua afirmação segundo a qual "as nações da Europa ocidental (...) encontram-se à testa da civilização".

"Os mais inteligentes acabam prevalecendo ..."

Darwin, por outro lado, apesar de atribuir um papel menor à seleção natural nas "nações bastante civilizadas" do que nas "tribos selvagens", sempre conservou para ela um lugar no desenvolvimento humano. Assim concluiu ele sua passagem sobre "a ação da seleção natural sobre as nações civilizadas": "A seleção natural resulta da luta pela existência, e esta, da rapidez da multiplicação (...). Nas nações bastante civilizadas, a continuação do progresso depende, em certa medida, da seleção natural, porque essas nações não procuram suplantar-se e exterminar-se umas às outras, como o fazem as tribos selvagens. Não obstante, os membros mais inteligentes acabam prevalecendo, no decorrer do tempo, sobre os membros inferiores da comunidade, e deixando descendentes mais numerosos; ora, esta é uma forma de seleção natural".

Não é pois surpreendente que Gillaumin, editor da tradução de "A Origem das Espécies" feita por Clémence Royer, tenha assegurado aos leitores que a obra "esclarecia o problema da população, com consequências morais e políticas inesperadas" [13]. Não é surpreendente, tampouco, que os economistas da "Sociedade de Economia Política", partidários do "laisser-faire" tenham publicado artigos sobre questões sociais no "Journal des Économistes". Outros economistas liberais, por outro lado, por sua própria conta adotaram a analogia entre a concorrência econômica e a luta pela vida de Darwin. Assim, Gustave de Molinari, redator-chefe do "Journal des Économistes" de 1881 a 1909, relembrou que a teoria de Darwin tinha "fecundas aplicações nas ciências morais e políticas, tanto quanto nas ciências naturais"; e, em obras como "A evolução econômica do século dezenove" (1880), apresentou ele a era industrial como a que precipitou todos os indivíduos na concorrência econômica pela vida" [14]. Através do processo de seleção, os produtores de bens mais competentes, isto é, os grandes capitalistas, triunfam sobre os pequenos produtores ineficazes.

Universalidade da "luta pela vida"

Como Spencer, Molinari considerava que isso era um passo adiante na evolução da civilização. Embora a era militar houvesse privilegiado no passado a força física, "este modo primitivo da concorrência pela vida", na era industrial o sucesso dependia da inteligência, e se atingia mediante métodos pacíficos. O "Nouveau Dictionnaire d'Economie Politique" (1891-1892), dirigido por Léon Say (eminente financista e político republicano conservador) e Joseph Chailley-Bert (outro político republicano), continha um artigo sobre a concorrência escrito por Paul Beau-

regard; este professor de Direito declarava ali que "a concorrência nada mais é do que a aplicação à humanidade da lei geral que preside a todos os desenvolvimentos dos seres sobre a Terra: a lei da luta pela vida e da seleção natural".

Não admira que em 1880 um jovem anarquista, Emile Gautier, tenha publicado uma brochura *best seller*, "Le Darwinisme Social", no qual deplorava que seus contemporâneos vissem no Darwinismo a justificação de uma luta econômica brutal. Ele preferia crer que o Darwinismo pudesse servir de apoio à causa do "Socialismo Revolucionário" e pedia então a seus leitores que doravante associassem o "Darwinismo Social" ao *slogan* anarquista "auxílio para a existência". Pois a sociedade era obra dos homens, e não da natureza, podendo os homens modificá-la introduzindo deliberadamente uma ordem mais igualitária. Parece, portanto, que em 1880 o debate sobre as implicações sociais do Darwinismo estava aberto. A expressão "Darwinismo Social" (da qual não encontrei vestígio algum nem na França nem na Inglaterra antes de Gautier) não tinha ainda a conotação pejorativa que ela adquiriu no fim da década de 1880 e durante a década de 1890.

Antes de apresentar outros debates sobre as implicações sociais do Darwinismo, vejamos como a comunidade científica francesa acolheu Darwin e "A Origem das Espécies". Como mostrou Yvette Conry em "L'Introduction du Darwinisme en France au Dix-neuvième Siècle" (1974), os cientistas receberam a teoria da seleção natural com um misto de hostilidade e incompreensão. Os discípulos de Georges Cuvier (1769-1832), partidário da fixidez das espécies, ocupavam ainda postos importantes na Academia de Ciências e outras instituições, durante a década de 1860. Assim, em seu "Examen du Livre de M. Darwin sur l'Origine des Espèces" (1864), Pierre-Marie Flourens, secretário permanente da Academia de Ciências e professor de história natural no "Collège de France", exprimiu as antigas teses científicas sobre a fixidez das espécies e expôs as objeções religiosas à Teoria da Evolução. Certamente os evolucionistas ganharam terreno no decorrer da década de 1870 e mais tarde; mas na França esta modificação foi acompanhada frequentemente de uma reabilitação da teoria anteriormente sustentada por Lamarck (1744-1829).

A renovação do lamarckismo

O Darwinismo às vezes era considerado como uma simples variante do Lamarckismo, e o termo "transformismo", de preferência a "Darwinismo" passou então a ser utilizado pelos cientistas franceses para designar as teorias da evolução. Este retorno do Lamarckismo chamou a atenção, igualmente, para as causas ambientais da evolução, sobre as manifestações de uma força vital existente nos organismos e sobre a herança dos caracteres adquiridos; a contribuição particular de Darwin, a saber, a seleção natural, foi então consideravelmente ocultada ou minimizada. Yvette Conry estabeleceu uma ligação entre o sucesso do Lamarckismo após 1871 e o potente sentimento nacionalista que se desenvolveu após a derrota da França em sua guerra contra a Prússia. Mas não se deve esquecer que este "Neo-lamarckismo" (segundo a expressão do zoólogo americano Edward Drinker Cope) teve igualmente partidários em outros países. Como afirmou Jacques Roger, não se tratava então unicamente de "um episódio pitoresco de provincialismo francês" [15]. Em vez de rejeitar totalmente Darwin, muitos lamarckistas estudaram sua obra para determinar o que nela tinha validade.

O fato de que a França conheceu durante vários decênios as discussões sobre as implicações sociais do Darwinismo mostra que, a despeito da renovação do Lamarckismo, o nome de Darwin e algumas ideias suas haviam adquirido grande notoriedade. No fim da década de 1870, de fato, alguns autores fora dos meios científicos e intelectuais simplesmente ignoravam Lamarck e atribuíam a Darwin o interesse que então se manifestava pela evolução. A percepção que tinham os jornalistas da relação entre os antropólogos e Darwin, por exemplo, podia ser diferente da que tinham os próprios antropólogos. Como mostram os Boletins da "Societé d'Anthropologie de Paris", os antropólogos eram transformistas entusiastas, geralmente influenciados por Lamarck, bem como por Darwin. Não obstante, no periódico "La Liberté" de 7 de agosto de 1878, e na "La Petite République Française" de 11 de

agosto, os jornalistas que falavam a respeito de uma exposição antropológica que refletia grande interesse para a evolução referiam-se unicamente a Darwin e não faziam qualquer alusão a Lamarck. Por outro lado, no "Manuel de l'Enseignement Primaire" (1888) de Joseph Reinach (associado a Léon Gambetta) e de Charles Richet (professor de Fisiologia), duas páginas eram consagradas a Darwin - colocado entre Goethe e Victor Hugo, ele se via atribuído com o mérito de ter fornecido a prova da Teoria da Evolução.

Para compreender a ampliação do debate sobre as implicações sociais do Darwinismo durante as décadas de 1870 e 1880, é necessário recolocá-los no contexto da derrota da França frente à Prússia, da instauração da Terceira República e da luta que defrontavam os republicanos em face de seus inimigos políticos. Ernest Renan foi uma das inumeráveis vozes que, após a guerra, elevaram-se para denunciar os monarquistas e o clero que, por sua suposta hostilidade à Ciência moderna, haviam deturpado o sistema educacional do Segundo Império e contribuido, assim, para a débâcle de 1870-1871. O primeiro número da "Revue Scientifique" aparecido após a guerra, em julho de 1871, iniciava-se com uma advertência do redator-chefe, Emile Alglave: "Não podemos esperar a revanche a não ser que tomemos da Alemanha as armas que nos venceram. É portanto sobre o terreno da Ciência que temos agora de combater, para nos preparar para a luta em outros campos de batalha, porque é somente a Ciência que hoje dá a vitória e pode regenerar a sociedade, pois a Ciência moderna repousa sobre as aplicações da Ciência". Após 1871, os republicanos podiam, portanto, facilmente traçar um paralelismo entre política e ciência: da mesma maneira que o novo governo liberou os franceses do despotismo, a Ciência liberaria os espíritos.

Fraseologia darwinista e discurso republicano

O culto à Ciência tendo desempenhado o papel que se sabe no âmbito dos republicanos, não é de se admirar que a fraseologia darwinista apareça com frequência em seu discurso político, e que diversos socialistas, hostis à Igreja, tenham reivindicado em apoio a suas teses os trabalhos científicos de Darwin. Seguem-se dois exemplos típicos do discurso político republicano: Gambetta, em 1880, afirmou que as nações que ignoravam a Ciência moderna seriam esmagadas no "combate pela vida"; e Raoul Frary, no "Le Péril National" (1881), declarou que a baixa taxa de natalidade poderia novamente causar a derrota da França frente à Alemanha na "luta pela existência". Entrementes, o filósofo republicano Alfred Fouillée afirmava na prestigiosa "Revue des Deux Mondes" que o altruismo e a harmonia social eram as felizes consequências da luta pela existência e da competição que ela implicava entre os indivíduos [17]. Simultaneamente, o socialista Louis Dramard escrevia no "Transformisme et Socialisme" (1882) e na "Revue Socialiste" que a Teoria da Evolução de Lamarck e de Darwin era o fundamento científico do Socialismo e não a sua negação como pretendiam seus opositores políticos.

Os anarquistas Elisée Reclus e Jean Grave acolheram bastante favoravelmente a tese de seu camarada russo Pedro Kropotkine sobre a "ajuda recíproca" ou o "apoio mútuo" [18]. Segundo Kropotkine, "o apoio mútuo (...) constitui tanto uma lei da natureza quanto a luta recíproca, mas para a evolução progressiva da espécie, a primeira é mais importante que a segunda". Republicanos e socialistas podiam fazer de Darwin um profeta da cooperação, da mesma forma que da luta pela existência marcada pela competição brutal, fazendo referências a passagens de "A Descendência Humana" nas quais Darwin sublinhou o papel da inteligência e da cooperação para a sobrevivência na sociedade humana. Esta argumentação caracteriza aquilo que os historiadores têm denominado "Darwinismo Reformador".

O auxílio para a vida na luta pela vida

Muitos republicanos e também socialistas acharam difícil, entretanto, conciliar de maneira satisfatória a concepção darwinista da luta no mundo natural com as ideias liberais ou socialistas que prometiam o advento final de uma sociedade mais justa e mais harmoniosa. Em 1884 Jules Ferry, presidente do Conselho e político oportunista, afirmou perante a Câmara dos Deputados que "A luta pela vida" era uma amarga realidade econômica

que tinha pouca probabilidade de ser melhorada em um futuro próximo. E o próprio Georges Clémenceau inclinou-se a utilizar a fraseologia darwinista, retorquindo que, a despeito da luta pela vida, uma sociedade civilizada não podia admitir que uma só pessoa morresse de fome". Dez anos mais tarde, em "La mêlée sociale" (1895), Clémenceau descreveu ainda a França como atolada na "refrega bestial da cruel luta pela vida", e reclamou medidas governamentais a favor dos fracos. O *slogan* "auxílio para a vida na luta pela vida" permitia-lhe conciliar o caráter inelutável da concorrência em uma sociedade capitalista e a exigência de justiça social; assim ele se colocou ao abrigo das críticas de Spencer e de Clémence Royer contra a caridade governamental.

Até o fim de sua vida Clémenceau sustentou que a luta pela existência era uma condição natural que os homens em geral tentavam abrandar [20]; mas a expressão "luta pela vida", aplicada à descrição das realidades sociais, tornou-se cada vez mais rara no vocabulário republicano a partir da década de 1890, em razão de sua rejeição explícita pelos republicanos radicais. O Solidarismo, cujo objetivo era defender a democracia e o capitalismo em face dos sucessos eleitorais dos socialistas e da crescente agitação dos trabalhadores, encontrou em Léon Bourgeois, presidente do Conselho em 1895-1896, um de seus principais teóricos. Em sua obra "Solidarité" (1896) Bourgeois apresentou sua doutrina como superior tanto ao Individualismo quanto ao Coletivismo socialista. Ele descrevia o Solidarismo como um programa de ação pública e privada a favor dos deserdados, que deveria ser de proveito para a sociedade como um todo. A moral, conforme ele, devia ser científica; ele afirmava, pois, que o Solidarismo tinha a força de uma lei "bio-sociológica". Esta lei devia, contudo, exprimir-se através do *slogan* "união para a vida", e não "luta pela vida".

Em meados da década de 1890 essa concepção não era quase nada original, porque os *slogans* sobre a associação e sobre a cooperação, após a década de 1870, haviam-se tornado um elemento fundamental do discurso socialista e anarquista; e haviam igualmente encontrado no zoólogo lamarckista Edmond Perrier, do "Museu de História Natural", o apoio respeitável de uma autoridade científica à qual se referiu Bourgeois. Na sua publicação "Les Colonies Animales" (1881), Perrier havia apresentado a "divisão do trabalho" e a "associação" como leis naturais bastante mais importantes que a "luta pela vida" de Darwin; o progresso, na sociedade humana, dependeu muito mais da "associação" e da "solidariedade" do que da luta.

O posicionamento favorável a Lamarck que Bourgeois e outros teóricos do Socialismo receberam de cientistas como Perrier, evidentemente desempenhou seu papel no pensamento social do final do século dezenove. Além de justificar a rejeição da seleção natural como causa primeira da evolução, a insistência do Lamarckismo sobre as causas ambientais da alteração evolutiva e sobre a herança dos caracteres adquiridos permitiu aos reformistas afirmar que o melhoramento do ambiente político, da educação e das condições de trabalho poderia apresentar consequências benéficas duráveis. Os reformistas progressistas, de maneira geral, recusavam-se a crer que os genes eram mais determinados pela herança biológica do que pelos seus esforços individuais ou pelo ambiente familiar, social e cultural, o que se conformava à tradição racionalista da filosofia francesa depois de Descartes e do Século das Luzes.

A visão solidarista penetrou também nas salas de aula do país. Em meados da década de 1890 alguns livros texto afirmavam que a "concórdia para a vida" ou a "união para a vida", e não a "luta pela vida" eram ou deveriam ser a característica dominante da sociedade humana [21]. Um novo grupo de economistas e alguns sociólogos engajados na construção da "Ciência da Sociedade" divisada por Auguste Comte também se apropriou desses aforismas. Charles Gide e outros professores de economia política modificaram a teoria do "laisser-faire" e destacaram o contraste que existia entre o objetivo da solidariedade social e a "luta pela vida". Na mesma época, sociólogos reunidos em torno de René Worms, fundador de duas sociedades sociológicas, bem como da "Révue Internationale de Sociologie", juntamente com outros que se haviam reagrupado em torno do "Année Sociologique" de Durkheim, retomaram os temas da coopera-

ção e da solidariedade, mas dentro de perspectivas diferentes. Worms e seus amigos tendiam a conservar a linguagem biológica e a acentuar a utilidade das analogias entre o organismo natural e o organismo social. Durkheim, ao contrário, depois de ter longamente pesado os argumentos a favor de um método sociológico fundado sobre a Ciência Biológica, havia chegado à conclusão de que o "fato social" era diferente do "fato biológico", e que era necessário que os sociólogos chegassem às suas conclusões científicas de maneira independente.

A Antropo-sociologia de Vacher de Lapouge

Para encerrar, precisamos considerar, finalmente, como numerosos sociólogos e antropólogos se situaram com relação a Georges Vacher de Lapouge, um darwinista social cujas teses haviam encontrado algum eco nas publicações dos dois grupos; e também como foram formulados juízos negativos com respeito ao Darwinismo Social no contexto do "caso Dreyfus". No início do século vinte, Georges Vacher de Lapouge era o teórico mais frequentemente citado pelos seus contemporâneos como representante francês do Darwinismo Social. Tendo feito seus estudos de Medicina, Direito, Filologia e História Natural, ele havia exercido as funções de bibliotecário nas universidades de Montpellier, Rennes e Poitiers. Ele designou suas teorias sociais sob o nome de "Antropo-sociologia" ou de "Ciência Política Darwinista" [22]. Em controvertidas conferências dadas sob a forma de "cursos livres" na Universidade de Montpellier, e em diversas obras ("Les Sélections Sociales", 1896; "L'Aryen", 1899; "Race et Milieu Social, Essai d'Anthroposociologie", 1909), ele procurava demonstrar que existia correlação entre o *status* social dos indivíduos e sua identidade biológica ou racial. As mensurações do crânio constituíam, sob seu ponto de vista, um critério essencial da classificação das raças.

Do Darwinismo tirou ele o argumento segundo o qual a desigualdade humana era natural; e felicitou Clémence Royer por ter sido dos primeiros a pôr em evidência essa verdade. Vacher de Lapouge deplorava, por outro lado, a existência de restrições artificiais na sociedade (a saber, a religião, a política democrática, a filantropia intempestiva, os interesses econômicos e a guerra); elas interferem com os processos de seleção natural e contribuem, portanto, de acordo com ele, para a degeneração da "raça". Da mesma forma como Francis Galton, primo de Darwin e fundador do Eugenismo, propôs ele que se colocasse um freio para impedir a reprodução dos indivíduos "inaptos", encorajando, pelo contrário, aqueles que eram fisicamente aptos, a ter filhos. (Ver o artigo "La Tentation de l'Eugenisme" no número de maio de 1984 da revista *La Recherche*).

Os dois primeiros livros nos quais Vacher de Lapouge exprimiu seu Darwinismo Social provieram de seus cursos de Montpellier; partes suas foram publicadas entre 1887 e 1889 na "Révue d'Anthropologie", órgão da "École d'Anthropologie Independente" a qual Vacher de Lapouge havia cursado em Paris. Entretanto, na época em que apareceu "L'Aryen" (1899), nenhuma revista francesa importante de Antropologia ou de Sociologia aceitou seus artigos. Paul Topinard, antigo redator-chefe da "Révue d'Anthropologie" deixou de publicar os artigos de Vacher de Lapouge, depois de 1893, em sua nova revista "L'Anthroposociologie". Worms lhe concedeu uma tribuna na "Révue Internationale de Sociologie" durante três anos, mas depois de 1895 nada mais de sua autoria foi publicado. Charles Gide publicou dois de seus artigos na "Révue d'Économie Politique" entre 1895 e 1897, e nada mais. Após 1899, Durkheim suprimiu a pequena rubrica que era consagrada à "Antropo-sociologia" no "Année Sociologique".

Eugenismo e Anti-semitismo

Antes que o caso Dreyfus transformasse o problema das "raças" ariana e semita em um debate político mais amplo, Topinard, Worms, Gide e Durkheim tinham aceito discutir as ideias de Vacher de Lapouge provavelmente porque elas representavam uma contribuição precisa para as discussões sobre as relações entre a Biologia e a sociedade [23]. Posteriormente, muitos especialistas franceses das Ciências Sociais reconsideraram sua posição. Não mais podendo publicar seus artigos na França, Vacher de Lapouge dirigiu-se a periódicos estrangeiros, dentre

os quais à "Politische-Anthropologische Rundschau".

Numerosos trechos dos escritos de Vacher de Lapouge permitem-nos compreender porque conquistou ele tantos inimigos e porque as críticas à sua obra foram tão negativas em revistas como "Révue des Deux Mondes", "Révue Scientifique", "Révue Historique", "Révue Mensuelle de l'École d'Anthropologie" e "L'Anthropologie". Porque ele julgava que uma teoria política fazendo prevalecer os interesses coletivos sobre os individuais teria mais probabilidade do que a Terceira República de impor o "selecionismo científico", ele era partidário do Socialismo e imaginava em "Les Sélections Sociales" uma utopia onde o "serviço sexual" seria tão importante quanto o "serviço militar". Porém, por causa da inadaptação de um grande número de indivíduos, o novo governo não permitiria a reprodução a não ser de uma minoria, os mais "aptos". O aborto, o infanticídio e a poligamia faziam parte também do arsenal dos remédios selecionistas. Em "L'Aryen", hino às virtudes dos "dolicocéfalos" (altos, louros, olhos azuis), Vacher de Lapouge deplorou a raridade desse tipo racial na França e a proliferação dos pequenos "braquicéfalos" com cabeça arredondada e pele mais escura. Segundo Vacher de Lapouge, os braquicéfalos eram inferiores aos dolicocéfalos, entre outras coisas porque eram menos aptos a enfrentar os judeus.

Apesar de ter explicitamente qualificado os judeus como "raça etnográfica", mais do que "raça zoológica", afirmava ele que a cultura judaica dava aos judeus uma unidade psicológica igual à que possuíam as raças zoológicas, e que portanto eles constituíam uma ameaça aos arianos. Fazendo a lista dos caracteres indesejáveis e perigosos dos judeus, ele assim os qualificou: "Arrogantes no sucesso, servis nos revezes, cautelosos, trapaceiros dentro do possível, grandes ajuntadores de dinheiro, de notável inteligência e, todavia, impotentes para criar. Também em todas as épocas têm sido odiados e atormentados por perseguições (...) que parecem ter merecido pela sua má fé, sua cupidez e seu espírito de dominação" [24]. Infelizmente, escreveu ele, em uma França grandemente dominada por braquicéfalos, o regime republicano permitiu aos judeus tornarem-se bastante poderosos. Em 1897 sugeriu ele que a divisa francesa "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" fosse substituída por "Determinismo, Desigualdade, Seleção" [25]. Não admira, pois, que as autoridades universitárias do regime que ele denegrira o tivessem encarado como "um espírito bizarro" e tivessem rejeitado suas sucessivas solicitações de transferência para Paris; não admira também que Vacher de Lapouge se considerasse como vítima do desprezo oficial [26].

Se Vacher de Lapouge duvidava que os judeus constituíssem uma raça biológica, o fisiologista Jules Soury, diretor acadêmico da "École Pratique des Hautes Études" não se embaraçava com tais nuances. Desde 1877 havia ele sugerido que a seleção natural era uma das principais explicações da superioridade que os arianos, conforme o seu ponto de vista, tinham sobre os semitas. Em seu panfleto contra Dreyfus ("Campagnes Nationalistes", 18999-1901), Sowry fazia da raça "a explicação última da natureza das ações e reações do indivíduo na luta pela existência" e, portanto, "a grande explicação da história da civilização". Em seguida formulou ele esta advertência: é necessário "se os franceses não estiverem condenados a desaparecer, que as concepções científicas de Darwin sobre a concorrência na vida e a seleção natural prevaleçam, pelo menos na luta das ideias, sobre os dogmas políticos da Declaração dos Direitos do Homem" [27].

"A inferioridade mental dos pobres"

Tais declarações explicam porque, no alvorecer do século vinte, as referências a Darwin e à Biologia evolucionista caracterizaram então a propaganda conservadora. Se bem que Vacher de Lapouge tivesse sido passageiramente partidário do Socialismo, ele admitiu em torno de 1909 que seus estudos o haviam conduzido às "mais aristocráticas conclusões", e o haviam convencido que os pobres se encontravam na base da pirâmide social em razão de sua inferioridade física e mental [28].

Não surpreende, portanto, que no recente estudo de Sternhell já mencionado, Soury e Vacher de Lapouge figurem entre os principais representantes do Darwinismo Social como credo ideológico da "direita revolucionária" francesa antes de 1914. Essa importante obra sobre os fundamentos organizacionais da

direita radical comete, todavia, a injustiça de não reconhecer que numerosos críticos contemporâneos tinham se dirigido contra o Darwinismo Social de Soury, de Vacher de Lapouge, de Royer e de outros pensadores franceses ou estrangeiros. Constituem uma verdadeira legião os sociólogos, antropólogos, políticos, literatos, filósofos e cientistas que tentaram refutar o Darwinismo Social. Se bem que a Biologia e o Darwinismo em particular tivessem sido utilizados frequentemente para estudar a sociedade humana, a opinião política e intelectual francesa, em sua maioria, a final de contas criticou severamente o determinismo biológico dos darwinistas sociais. A principal corrente de opinião era favorável à tese otimista segundo a qual o melhoramento do ambiente podia ter consequências benéficas sobre a "raça" francesa. Não há dúvida alguma de que o fisiologista Perrier exprimia o pensamento de numerosos sábios quando afirmou em 1912 em uma reunião de eugenistas, que a raça na França não definia a nação, mas era por ela definida [29].

Como melhorar a raça francesa?

É verdade que as sutilezas da Eugenia levaram eminentes cientistas, como Perrier e muitos médicos membros da "Sociedade de Eugenia" em 1912 a um domínio no qual os preceitos avançados para o melhoramento da "raça" francesa podiam facilmente ameaçar as liberdades individuais na escolha do cônjuge ou na decisão de procriar. Mas, antes que os horrores da política racial nazista revelassem plenamente o caráter repugnante e inaceitável da Eugenia, o movimento eugenista internacional atraiu numerosos reformistas bem intencionados. Nos Estados Unidos, o movimento eugenista nasceu do mesmo impulso que acarretou o aparecimento do reformismo progressista antes de 1914; e na França, os fundadores da "Sociedade de Eugenia" eram os dirigentes de organizações científicas e políticas republicanas [30].

Os preceitos da Eugenia "voluntária" consistiam, entre outros, em prevenir as crianças contra os perigos que representavam para a "raça" o abuso das bebidas alcóolicas e as doenças venéreas, em ensinar puericultura às jovens ou em premiar as famílias pelo nascimento de mais crianças; parecem bastante inofensivos esses preceitos, mas a preocupação de remediar a queda da população da França aumentando a taxa de natalidade e protegendo os cidadãos levou o professor Frédéric Houssay a propor medidas radicais: se os "inaptos" biológicos não aceitassem voluntariamente a esterilização, então o Estado devia impô-la.

O professor Charles Richet, eminente fisiologista que recebeu em 1913 o prêmio Nobel pelos seus trabalhos sobre a anafilaxia, recomendava, em sua obra "La Sélection Humaine" (1919), "leis universais e inflexíveis" para interditar casamentos inter-raciais. Pacifista e republicano reconhecido, ele tomou posições a favor dessa medida particularmente pouco liberal porque estava convencido de que as "raças" humanas não eram iguais, e que os frutos dos casamentos inter-raciais eram biologicamente "inferiores". Se bem que outros franceses pudessem ter partilhado em particular as crenças de Richet sobre a "superioridade" da raça branca e sobre a "inferioridade" das raças negra e amarela, reconheceu ele em "La Sélection Humaine" que suas ideias estavam "em desacordo com a opinião comum" e que certamente seus amigos não participavam delas. As teses de Vacher de Lapouge e de Richet sobre a desigualdade das raças, por outro lado, não correspondiam às ideias professadas para a preservação e melhoramento da nação por um grupo de médicos contemporâneos que recentemente foram objeto de um estudo feito por Jacques Leonard [31].

Formulado no momento histórico em que numerosos europeus e americanos se "secularizaram" e criam cada vez mais na objetividade e na superioridade do saber científico, o Darwinismo Social foi objeto de debates tão mais amplos e sérios na França que em qualquer outro país ocidental. Entretanto, não constituía ele um elemento essencial da *Weltanschauung* francesa do fim do século dezenove e início do século vinte. Podemos agora resumir as explicações que tínhamos mencionado *en passant* a propósito de sua relativa falta de sucesso ou de seu caráter marginal.

Primeiramente, a preocupação de assegurar a estabilidade em um país dilacerado por crises frequentes depois de 1789, levou

a muitos republicanos e conservadores católicos a enfatizar mais a harmonia social do que a luta pela vida. Em segundo lugar, os republicanos das classes médias tinham necessidade mais de uma teoria de solidariedade social que de uma teoria do conflito, para rejeitar a teoria socialista da "luta de classes" e para dissimular a ausência fundamental de mudanças na estrutura social da Terceira República. Quando os políticos e os intelectuais republicanos utilizaram as teorias sociais de tipo darwinista, associaram frequentemente as analogias darwinistas com a exigência de reforma humanitária conhecida sob a denominação de "Darwinismo Reformista".

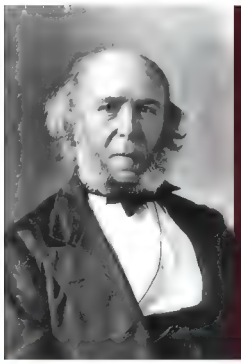
Em terceiro lugar, o posicionamento dos cientistas franceses a favor do Lamarckismo teve uma consequência dupla. De uma parte, limitou a tendência de não-cientistas a considerar Darwin como o fundamento inatacável de algumas teorias sociais; de outra parte, apoiou o argumento dos reformistas, segundo os quais a mudança do ambiente social podia ter sobre os indivíduos efeitos benéficos e duráveis. Em quarto lugar, muitos intelectuais rejeitaram as analogias simplistas dos partidários do Darwinismo Social, porque elas pareciam indignas das tradições filosóficas francesas por causa de sua falta de solidez teórica e de seu caráter abjeto. Esses intelectuais preferiam pensar que o respeito à razão (enquanto determinante do comportamento humano) se opunha à insistência do Darwinismo Social sobre as tendências maldosas, irracionais e mesmo violentas dos seres humanos [32]. Finalmente, em função de considerações patrióticas, era inoportuno comparar os conflitos entre as nações com a luta pela vida, de Darwin, no instante em que essa comparação pareceria condenar os vencidos da guerra franco-prussiana. Muitos comentaristas antes de 1914 preferiam também denunciar o Darwinismo como uma ideia estrangeira, de origem anglo-americana e/ou alemã.

Na década de 1940, o retorno ao "Racismo Científico"

Durante a primeira guerra mundial, os acadêmicos e os porta-vozes da cultura francesa oficial continuaram a condenar com energia o Darwinismo Social, mas sua origem era muito menos frequentemente imputada ao aliado inglês do que ao inimigo alemão. Os comentaristas patriotas opunham regularmente a preocupação francesa de solidariedade social ao culto alemão da "luta pela vida"; fazendo isto, esqueceram eles que diversos autores alemães tinham também eles mesmos qualificado o Darwinismo Social de desumano [33].

Foi necessário esperar a queda da Terceira República para que a cultura francesa "oficial" se tornasse mais receptiva às teses do Darwinismo Social. Em 1936, pouco antes de sua morte, Vacher de Lapouge deplorava ainda a obstrução de sua "Antropo-sociologia" na França, e recorria à revista "Die Sonne" para publicar seus trabalhos na Alemanha nazista [34]. Em 1943 seu filho Claude devia felicitar o regime de Vichy e os nazistas por terem feito renascer o pensamento racial francês (pretensamente enterrado pela Terceira República, pelos judeus e pelos franco-maçons) e também por terem criado um "Instituto de Antropo-sociologia" que permitiu a ele e a outros prosseguirem na obra de seu pai sobre o "Racismo Científico" [35].

Observação - Os números entre parênteses indicam a bibliografia citada pela autora em seu artigo, que se encontra publicado na revista "La Recherche", e que deixamos de transcrever por questões de limitação de espaço.



Herbert Spencer

Spencer foi um profundo admirador da obra de Charles Darwin. É dele a expressão "sobrevivência do mais apto", e em sua obra procurou aplicar as "leis da evolução" a todos os níveis da atividade humana.

DARWINISMO SOCIAL OU SPENCERISMO SOCIAL?

A secção de Cartas ao Editor da revista "Nature" de 28 de fevereiro de 1985 publicou a correspondência recebida de John N. Burry (cujo endereço é 31 Hackney Road, Hackney 5069, South Australia, Australia) na qual ele questiona a utilização do termo "Darwinismo Social" e propõe sua substituição por "Spencerismo Social". Devido à feliz síntese histórica por ele efetuada em sua carta, entendemos que seria de interesse para nossos leitores a sua transcrição.

Senhor (Editor de *Nature*),

A primeira edição de *Nature* (da qual tenho um facsímile) foi publicada em 4 de novembro de 1869, nove meses antes da guerra franco-prussiana que levou à unificação política da Alemanha com Bismarck e o Kaiser. Uma nova poderosa e dinâmica Alemanha tornou-se uma das principais forças históricas através de duas guerras mundiais até a dissolução da sua unidade em 1945, depois de Hitler e do Nacional-socialismo. O relato de uma reunião de naturalistas e médicos alemães em Innsbruck, no Tirol, preparado para a primeira edição de *Nature* por Arch. Geikie, informa:

O que especialmente me impressionou foi a influência universal que os escritos de Darwin ora exercem sobre a mente alemã. Vê-se isso em toda a parte, nas conversas privadas, nos artigos impressos, em todas as muitas secções nas quais se divide uma reunião como esta em Innsbruck. O nome de Darwin é frequentemente mencionado, e sempre com a mais profunda veneração. Mas mesmo quando nenhuma alusão lhe é feita especialmente, ou ainda mais destacadamente, quando tal alusão não existe, vemos quão completamente suas doutrinas permearam a mente científica mesmo em departamentos do conhecimento os quais poderiam parecer, à primeira vista, estar bastante distantes da História Natural. "Vocês ainda estão discutindo na Inglaterra", disse-me um amigo alemão, "se a teoria de Darwin pode ou não ser verdadeira. Nós aqui já estamos bem além disso. Sua teoria hoje é o nosso ponto de partida comum".

Herbert Spencer, filósofo político, sociólogo e amigo de Darwin, que é mencionado várias vezes em "A Origem das Espécies", cuja primeira edição foi publicada em 1859, persuadiu Darwin a usar o termo "luta pela existência" nas edições posteriores [1], e utilizou as ideias darwinistas de "luta pela existência" e "sobrevivência do mais apto" na promoção de suas teorias do Capitalismo "laisser-faire", as quais se tornaram populares especialmente nos Estados Unidos da América do Norte até a virada do século. Spencer utilizou sua autoridade de grande observador e pensador para sustentar conceitos sociológicos que na realidade nada têm a ver com a Biologia e os conceitos de Darwin.

O artifício engendrado por Spencer continua a ter lugar em nossos livros de história, nos quais o pássaro spenceriano ainda está botando seus ovos no ninho darwinista, no contexto da história das ideias, no qual ele é conhecido como "Darwinismo Social". Quando os historiadores se referem ao "Darwinismo Social", eles querem se referir aos militaristas, nacionalistas, imperialistas, racistas, ou apologistas do Capitalismo, que acreditam em uma ordem sociológica natural que os justifique moralmente no seu uso da força e do poder político, econômico e social. O ponto de vista que defendo é que os historiadores estão suprimindo e confundindo coisas ao usarem o termo "Darwinismo Social", e que, se quisessem usar um termo de igual natureza, deveriam usar preferivelmente "Spencerismo Social" [2]. Melhor ainda seria se pensassem em algum outro termo mais abrangente já que de qualquer forma essa designação é relativamente recente [1].

Os historiadores chamam Adolf Hitler de "darwinista social" [3]. Hitler foi anti-semita, racista, militarista e ditador sem qualquer preocupação com o sofrimento e a morte das pessoas. Nisso foi ele semelhante a muitos outros na história, que, porém, não são chamados de "darwinis-

tas sociais". Hitler e o seu irracionalismo são a antítese de Darwin e de seu racionalismo, e oponho-me a que os historiadores tomem em vão o nome de Darwin. Certo historiador das ideias [1] desafiou os que acreditam que houvesse um fundamento científico para o Nacional-socialismo [4], e que a popularização do Darwinismo na Alemanha na segunda metade do século dezenove tivesse ocorrido parcialmente para justificar a direção errônea assumida pela nação.

O artigo do reverendo W. Tuckwell intitulado "O Ensino de Ciências na Escola", na primeira edição de *Nature*, revela a situação da educação anteriormente à Lei de Educação aprovada em 1870 por Gladstone oferecendo a educação primária universal na Inglaterra. O século dezenove pode portanto, ser perdoado por não compreender melhor as ideias de Darwin, mas agora que elas são compreendidas, o termo pseudo-científico e inerentemente anti-intelectual "Darwinismo Social", deveria ser descartado.

Referências citadas pelo missivista:

(1) Kelly, A. The descent of Darwin. The Popularization of Darwinism in Germany 1860-1914. University of North Carolina Press, 1981.

(2) Carneiro, R.L. (ed.) Introduction of Herbert Spencer: The evolution of Society. University of Chicago Press, 1967.

(3) Lacquer, W. Fascism. Penguin, Harmondsworth, 1982.

(4) Gasman, D. The Scientific Origins of National Socialism: Social Darwinism in Ernst Haeckel and the German Monist League. New York, 1971.

Independentemente do termo a ser utilizado, o importante é que Spencer foi o responsável pelo "artifício engendrado" para introduzir na Sociologia os conceitos biológicos do Darwinismo. Na Biologia havia-se construído uma estrutura conceitual com os conceitos darwinistas, e tentou-se enquadrar nela todas as evidências empíricas, o que também não deixou de constituir um "artifício engendrado". De artifício engendrado a artifício engendrado, o Darwinismo e seus conceitos aos poucos acabou permeando todo o pensamento científico atual!

ECOLOGIA SOCIAL DARWINISTA

O "Darwinismo Social" (ou "Spencerismo Social", como já proposto em outra notícia anterior) também está em plena evolução... Provavelmente seu estágio evolutivo hoje permitisse rebatizá-lo com a denominação de "Ecologia Social Darwinista", como se poderá depreender da revisão crítica de dois livros que foi efetuada por E. van de Walle, da Universidade da Pennsylvania, e publicada na revista "Science" de 20 de março de 1981.

De fato, nessa revista foram apreciados os dois livros seguintes:

1. The Human Condition (An Ecological and Historical View). William H. McNeill, Princeton University Press, Princeton, N. J., 1980.

2. The Fates of Nations (A Biological Theory of History). Paul Colinvaux, Simon and Schuster, N. York, 1980.

Facilmente se percebe, mediante a revisão feita, mais um "artifício engendrado" para inserir no contexto da História outro conceito estritamente biológico, à maneira spenceriana, como poderão avaliar nossos leitores, para os quais se transcreve em seguida o citado artigo de revisão bibliográfica.

Existe um campo de "Ecologia da História"? Os livros citados acima, escritos por um ecologista (Colinvaux) e um historiador (McNeill), provêm abrangentes explicações da história humana, mesmo que com diferentes mecanismos de acionamento. O pequeno livro de McNeill contém duas conferências suas proferidas na *Clark University* em 1979, e resume e desenvolve seu livro anterior "Plagues and Peoples" (Doubleday, 1976). O livro de Colinvaux é mais ambicioso.

Para Colinvaux, a história acontece por causa de uma estratégia de reprodução ancestral que leva cada casal a criar o número de filhos de que pode ser capaz. A Fisiologia não impõe qualquer limite efetivo à reprodução humana: "Alega-se que uma mulher sadia pode dar à luz até vinte e cinco filhos" (p. 36). A família humana foi usualmente

menor porque o comportamento social impôs formas diversas de restrições, incluindo o infanticídio e tabus. Mas cada casal está programado para produzir os filhos que preencham o nicho espacial disponível e a mortalidade não pode evitar isso. Quando os recursos estão disponíveis, a população se expande. A primeira lei da Ecologia Social é que toda pobreza é causada pelo contínuo crescimento da população (p. 71); e a segunda lei é que a guerra de agressão é causada pelo contínuo crescimento da população em uma sociedade relativamente rica (p. 93). O autor faz uma lista de 14 proposições "preditas pela hipótese ecológica" que explicam detalhadamente o destino das nações. A citação da primeira e da última proposições deverá ser suficiente para sentir o sabor: "As classes média e alta serão as primeiras a sentir as pressões da superpopulação (p. 85). ... Impérios em declínio terão rígidas hierarquias de castas e técnicas militares estagnadas" (p. 94). Armado com essas proposições Colinvaux continua interpretando a história, desde a batalha de Maratona até a Blitzkrieg, e predizendo o futuro. O leitor se tranquilizará ao saber que a hipótese ecológica prediz "que não haverá guerra de agressão que envolva um ataque claro dos Estados Unidos ou da União Soviética um ao outro" (p. 330-331). Aparentemente não existe nenhum acontecimento histórico importante que não possa ser "predito" pela hipótese ecológica. Tome-se, por exemplo, a expansão do Islão: "após Maomé ter abolido o infanticídio, que era uma restrição à proliferação, iniciou-se outra das guerras de agressão porque o povo necessitava de terra" (p. 181).

A reprodução humana não é tão abundante quanto Colinvaux acredita. Parece extraordinário, da parte de um biólogo, crer que a procriação consista na "colheita" dos 25 filhos que uma "mulher sadia" pode ter. A combinação de uma fertilidade muito mais baixa (média de 7 ou 8 filhos, no caso não frequente de uma mulher casada, durante sua vida reprodutiva, para populações no passado, devidamente documentado) com uma alta mortalidade, deve ter mantido, como regra, as populações precariamente em equilíbrio durante a maior parte da história. Enquanto McNeill, por um lado, dá o devido valor às doenças e às comoções políticas, Colinvaux supõe ser insignificante o papel da mortalidade na história. Para McNeill, por exemplo, a população do Império Romano diminuiu no segundo século da era cristã devido às epidemias. Para Colinvaux, a estratégia da reprodução torna isso impossível. Alega ele que os historiadores confundiram o êxodo rural em direção às cidades com o despovoamento do Império. "O despovoamento do campo é a consequência esperada da alimentação de grandes populações urbanas através de uma agricultura massificada" (p. 160). O Império tornou-se muito populoso e, tendo se tornado um estado policial com custos de manutenção bastante elevados, caiu, de acordo com a proposição 14. Somente após o colapso a população foi forçada a diminuir, "ao longo de décadas de privação ... por insuficiência de reprodução". Após o progresso tecnológico verificado na agricultura europeia, as limitações à reprodução foram diminuídas e o crescimento novamente se iniciou após 1600, levando à conquista colonial e à guerra no continente. Colinvaux afirma que o ponto de vista dos demógrafos, que têm atribuído o moderno aumento de população a um declínio da mortalidade, está em conflito com as estratégias conhecidas de reprodução humana e animal, e é demonstravelmente errado. "A simples verdade ainda é que a parte mais espetacular de nosso crescimento numérico aconteceu antes dos cuidados sanitários, nos séculos dezessete e dezoito" (p. 246).

Parece agora estabelecido que foi depois de 1750 que se iniciou o crescimento da população ocidental, e que o declínio da mortalidade foi o fator responsável, embora as suas causas ainda permaneçam na dúvida. (Para McNeill, o crescimento ocorreu quando as infecções se tornaram mais homogêneas ao redor do mundo, e as doenças epidêmicas se tornaram endêmicas na Europa). A estratégia da reprodução - se tal existir - que pode ser identificada, o padrão europeu de casamento, parece ter tendido a limitar o crescimento mesmo no século dezenove. Aqui, porém, pelo menos existem evidências estatísticas fortes sobre os componentes do crescimento, podendo ser substanciado um argumento demográfico. Muito mais difícil é avaliar a relação entre o crescimento e a agressão ou a pobreza em outras épocas e locais. Quais foram as raízes

demográficas das conquistas de Alexandre, ou das guerras púnicas? Qual foi a estratégia de reprodução dos mongóis de Gengis Kan, ou dos suecos de Gustavo Adolfo? As predições das hipóteses ecológicas não substituem a força dos dados. Explicaria a Ecologia os negócios humanos? Como determinam os povos os seus nichos? A agressão e a pobreza seriam resultado do determinismo demográfico? Essas questões são interessantes, porém irrespondíveis. Colinvaux escreveu um livro agradável, cheio de analogias provocantes e anacronismos tendenciosos. Entretanto, como Ciência ou História, não deveria ele ser levado muito a sério.

McNeill explora a importância do microparasitismo e do macroparasitismo (este ultimo no caso em que as pessoas se apossam de bens ou obrigam outros a serví-los) na condução da história. Ele descreve a transmutação urbana ocorrida quando concentrações civilizadas de pessoas tornaram-se adaptadas ao ambiente de doenças, e a transmutação comercial quando a relação entre governantes e negociantes se alterou na Europa para produzir um sistema regulado pelo mercado. Esta é uma história habilmente resumida, que deveria levar à leitura da obra mais detalhada de Mc Neill.

Se o Darwinismo Social levou o mundo até a catástrofe do Nazismo, para onde nos levará a Ecologia Social Darwinista?! Pretensas leis da Ecologia Social, e suas correspondentes proposições, por um lado eliminam a Providência na condução da História e desprezam a própria vontade humana, e por outro lado estabelecem uma estrutura conceitual capaz de justificar as mais horripilantes ações de nações ou seus dirigentes na busca de hegemonia.

Continua presente o espectro do Nazismo!

DARWIN, SELEÇÃO NATURAL E DESTINO

O vespertino paulista "Jornal da Tarde", de 17 de julho de 1989, apresentou pequeno mas muito bem elaborado artigo de autoria do Prof. J. O. de Meira Penna, com o título em epígrafe. Segue a transcrição do referido artigo.

A Biologia moderna se sustenta, como sobre um dogma, na Teoria da Evolução de Darwin. O Darwinismo comporta a teoria das mutações genéticas que ocorrem ao acaso, com a seleção natural das formas mais aptas em concorrência vital. O próprio Darwin falou em "luta pela vida". A metáfora possui implicações filosóficas sobre as quais vamos discorrer, já que a seleção natural toca no fundo da problemática da Justiça, acarretando a desigualdade de herança e de destino. O mecanismo é, além disso, aleatório, o que acrescenta algo à sua perversidade. Em virtude do acaso, uns nascem fortes, saudáveis, belos, inteligentes e, em virtude da seleção natural, são esses que sobrevivem e mais reproduzem. Outros nascem frágeis, feios, estropiados, impotentes, cegos, surdos, mentecaptos ou desprovidos de dons cerebrinos. O destino é cruel. Uns são favorecidos pelas condições sociais de seu nascimento, da sua fortuna familiar e da boa educação que receberam dos pais, enquanto outros são criados em favelas ou carregam o *handicap* da cor e dos revezes de sua infância. O homem adulto é o resultado do jogo fortuito de reações específicas aos casos da existência, na base da herança genética combinada com as influências problemáticas do meio: a vida é uma dialética moral entre o Eu e o que Ortega Y Gasset denominava "minhas circunstâncias".

O destino é, em suma, imprevisível. É ocasional e frequentemente injusto, e é esse destino que cada um carrega no absoluto de sua liberdade - eis que este aqui, correto, generoso, altruísta, morre jovem nos atrozes sofrimentos de um tumor maligno enquanto o vizinho ali, salafrário, desonesto e egoísta, prospera e morre tranquilamente aos 80 anos, enquanto dorme. As Parcas tecem a misteriosa contextura do destino - Cloto, Láquesis e Atropos, fiando, dobrando e cor-

tando-lhe o fio, sem que nelas se possa descobrir qualquer lógica ou razão de ordem prática. Desigual é o destino. Desiguais são os homens, as famílias, os povos, as raças - iguais apenas em dignidade e responsabilidade perante seu Criador silencioso e escondido - *Deus absconditus*. Iguais diante do trabalho, do esforço, do sofrimento - *l'égalité devant l'asticot*, como dizia Jean Henri Fabre (+ 1915), um biólogo que acalentava muitas dúvidas quanto à Teoria da Evolução. Das desigualdades nascem as injunções que levam uns ao domínio e ao poder, e outros à miséria e à escravidão, o que constitui a dialética do Senhor e do Escravo, proposta por Hegel e elaborada por Marx. Desigualdade natural, por mais que a religião, a moral, as teorias sociais e políticas, a utopia socialista e a estrutura jurídica racional procurem impor uma ilusória equidade, perante a lei, nas oportunidades de cada um.

A experiência das vicissitudes e contingências de destino que cada um suporta no correr da existência constitui uma afecção patética, sendo a consciência o órgão que realiza o *pathos* de nossa condição humana neste mundo. Perturbados ou estimulados, porém, no ruído e tumulto da rotina cotidiana e logrados por ideias abstratas, não nos compenetramos amiúde da lógica concreta da competição universal. Da realidade bastante árdua nos separa, como afirmam os filósofos hindus, o "véu de Maya", o que quer dizer a ilusão que a cultura gerou. Isso acontece salvo quando, em momentos de depressão e desespero, de neurastenia ou tristeza provocados por um desastre material, um problema de família, uma doença ou falecimento de um ente querido, caímos em nós mesmos. Aprofundamo-nos então na intimidade de todas as implicações existenciais de nossa presença *hic et nunc* - "aqui e agora" - segundo a fórmula cara aos existencialistas. E adquirimos o que chamava Unamuno o "sentido trágico da vida" ...

Foi Bichat, o ilustre fisiólogo francês do século XVIII, que teve esta extraordinária intuição quando definiu a vida como o conjunto de funções que resistem à morte. A frase paradoxal é um marco importante - podemos crer - no desenvolvimento da corrente de pensamento filosófico que, antes das especulações metafísicas e das várias teorias do conhecimento, acentua a preocupação direta com a existência - concebendo-se esta filosofia como o sentimento agudo do Absurdo. Nesse contexto, resumiu Heidegger, perfeitamente, o pensamento existencialista da atualidade quando, obcecado com o "Nada", definiu o homem como um Ser para a morte.

Para vencer na contenda e relutância do mundo, erguemos o edifício espantoso de nosso egoísmo. Nossa estrutura genética de fato é egoísta. Richard Dawkins, biólogo de Oxford e defensor da ortodoxia darwinista, escreveu sobre o *Selfish Gene* ["O Gene Egoísta"] (Oxford U. P. 1976). Queremos mais, mais, sempre mais. É o que impõe o genoma, o que os antigos gregos chamavam a "pleonexia": mais poder, maiores lucros, maior número de coisas, maior prazer. Afetados pelo Pecado Original de egoísmo e *superbia*, é esse egoísmo a forma ativa do que passivamente obedecemos como instinto, "pulsão" ou reflexo condicionado. Na condição desintegrada do homem caído e falido, sofremos de nossa *concupiscentia inordinata* referida pelos escolásticos, a qual se divide em *appetitus concupiscibilis*, que tanto impressionou Freud, e em *appetitus irascibilis*, exaltado por Nietzsche. Sexo e Vontade de Domínio. Na tentativa vã de construir nossa felicidade, não hesitamos em ofender, contrariar, agredir ou sobrepor-nos ao próximo. Ou então, complexados e inferiorizados nos curvamos aos ressentimentos, ódios, ciúmes e invejas, reações negativas que nos tiranizam quando nos consideramos pelo próximo ofendidos, contrariados ou sobrepostos. Notai como todas as paixões que nos atormentam resultam de peripécias da competição. São vícios que adquirimos por reação defeituosa na peleja ou por exacerbação da Vontade de Domínio: a ambição, a vaidade, a inveja, a vingança, a ingratidão, a calúnia, a traição. Matamos, roubamos, nos enciumamos, oprimimos, perseguimos porque nos defendemos: o egoísmo é o instrumento de que se valeu a natureza para introjetar na psique humana o imperativo de autoconservação. Se não formos egoístas e não nos defendermos, seremos vítimas, sofreremos e morreremos.

Para nos preparar para tais espetáculos e enfrentamentos, a natureza nos forneceu, com a vontade, a ambição, o desejo de afirmarmo-nos por nossa riqueza, nosso *status* ou prestígio. Em

casos de extrema inferioridade, recorremos a armas maquiavélicas, à força muscular, ao furto, ao ludíbrio, ao assassinato. No mundo da seleção natural, impulsionados pela *Lebenswille* de que falava Schopenhauer, necessitamos de fortaleza, coragem e de outras virtudes naturais - em sentido geral de *virtù*, o protesto viril que estimulou o Renascimento. Se somos fracos, temos medo. O pânico nos empolga, Encolhemos, fugimos, isolamo-nos. Uns são extrovertidos, outros introvertidos.

Mais perto de nós, é Carlos Drummond de Andrade que escreve: "Em verdade temos medo. Nascemos escuro. As exigências são poucas: carteiro, ditador, soldado. Nosso destino incompleto. E fomos educados para o medo. Cheiramos flores de medo. Vestimos panos de medo. De medo, vermelhos rios vadeamos". O medo e a angústia que nos atormentam e de que, no século passado, foi Kierkegaard o grande intérprete filosófico, têm um motivo derradeiro palpável: sabemos todos que, no final da batalha, sairemos inexoravelmente vencidos - vencidos pela Morte".

A esta visão niilista decorrente da Filosofia Evolucionista, contrapõe-se a visão criacionista na qual no final da batalha o último inimigo a ser vencido será a própria morte (I Coríntios 15:26), restaurando-se a perfeição da criação inicial!

DIVERSIDADE ÉTNICA

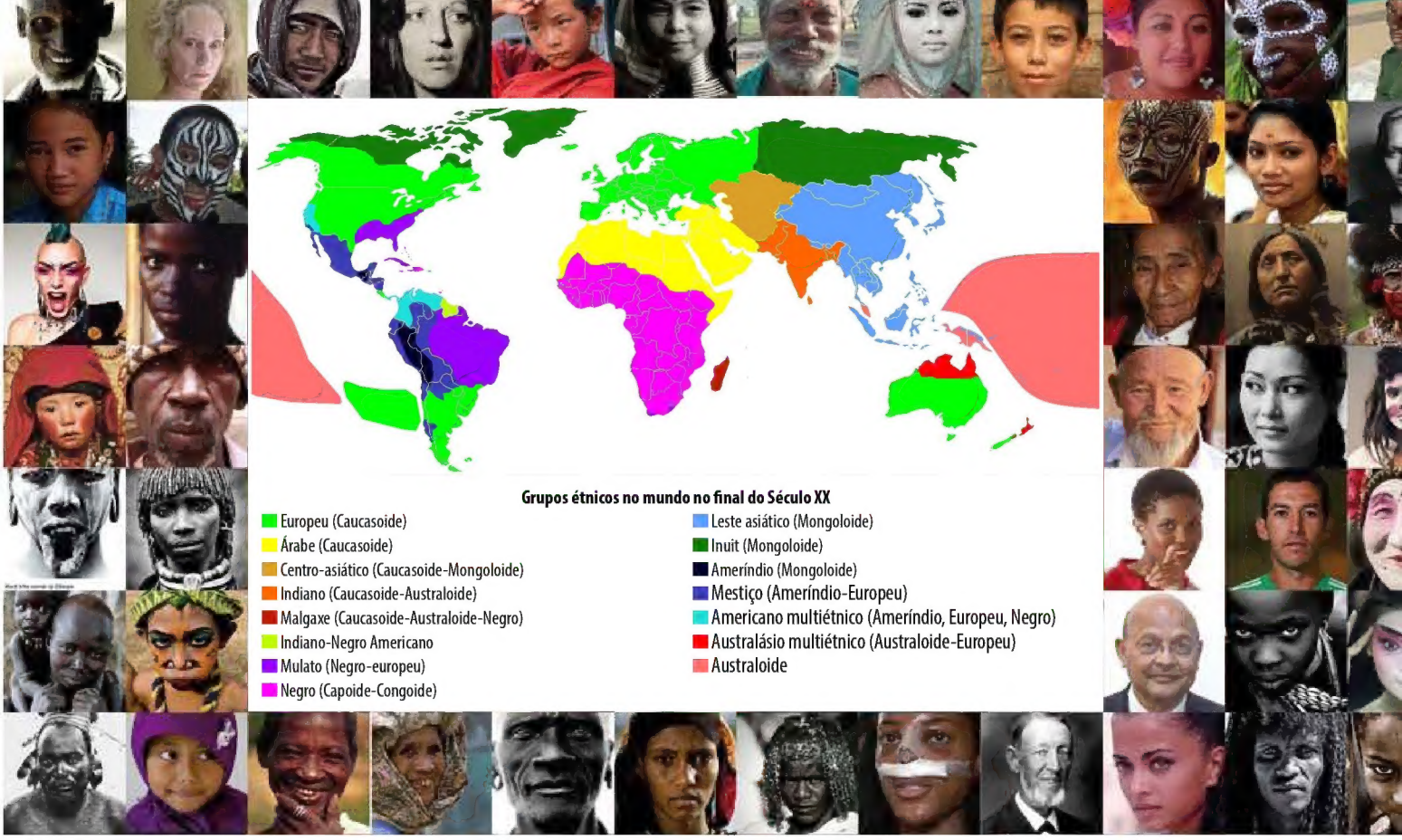
(Esta Nota foi inserida na reedição deste número da Folha Criacionista

Etnia, do grego *ethnis*, significa "povo". Esse termo se refere a um grupo de pessoas que apresenta vários elementos em comum, tais como a cultura, língua, história, valores, semelhanças físicas, entre outros. No entanto, alguns pesquisadores contestam essa classificação, alegando a utilização de elementos superficiais – um idioma, por exemplo, pode ser utilizado por diversos grupos étnicos diferentes.

Mesmo com algumas críticas, essa é a classificação mais aceita. Sendo assim, no planeta há uma grande diversidade étnica, sobretudo no continente africano, que abriga mais de mil grupos distintos, que possuem manifestações culturais próprias, religiões, línguas, etc.

O Brasil também apresenta uma população bem diversificada. Essa característica é consequência do processo de ocupação do território nacional, que, antes da chegada dos colonizadores europeus (homens brancos), já era habitado por tribos indígenas. Outra contribuição importante foi a do negro africano, que chegou ao país para a realização de trabalhos escravos.

Com o passar do tempo, ocorreu a miscigenação ("mistura" de etnias), resultando no caboclo (filho de índios com europeus); mulato (filhos de negros com europeus); e cafuzo (mistura entre índios e negros). Outro fator que intensificou a variedade étnica do Brasil foi o intenso fluxo migratório de árabes, japoneses, entre outros.



UNIDADE NA DIVERSIDADE

VARIEDADES DE TRIGO

Escala: Barra = 1 cm

ISSN 1518-3696

(A) *Aegilops markgrafii* (Greuter) Hammer, (B) *Ambylopyrum muticum* (Noiss.) Eig, (C) *Secale montanum* Guss., (D) *Thinopyrum intermedium* (Host) Barkworth & D. R. Dewey, (E) *T. bessarabicum* (Savul. & Rayss) A. Love, (F) *Triticum aestivum* L. cv. Paragon, (G) *T. aestivum* L. cv. Highbury, (H) *Ae. speltoides* Tausch, (I) *Ae. umbellulata* Zhuk., (J) *T. timopheevii* (Zhuk.) Zhuk., (K) *Hordeum vulgare* L.